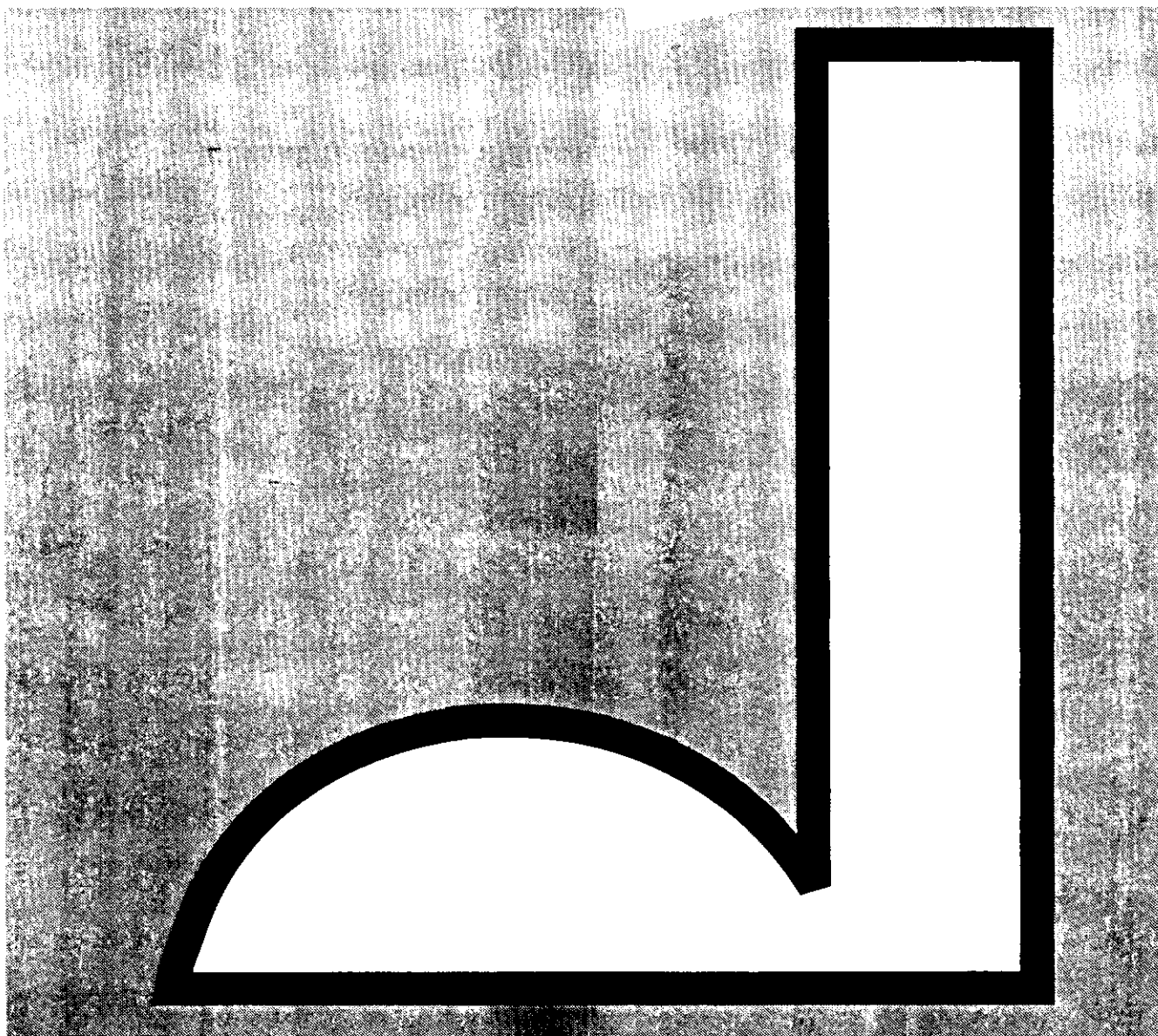




República Feder.



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
<p>Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade – Bloco – PA</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i> 2º Secretário <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i></p>		<p>3º Secretário <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i> 4º Secretário <i>Casildo Maldaner – PMDB – SC</i></p> <p>Suplentes de Secretário 1º <i>Eduardo Suplicy – Bloco – SP</i> 2º <i>Lúdio Coelho – PSDB – MS</i> 3º <i>Jonas Pinheiro – PFL – MT</i> 4º <i>Marluce Pinto – PMDB – RR</i></p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> Vago <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i> (1) Reeleitos em 2-4-97</p>		<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Amir Lando – PMDB – RO</i> <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i> <i>Djalma Bessa – PFL – BA</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i> (2) Designação: 30-6-99</p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>José Roberto Arruda</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Romero Jucá</i> <i>Moreira Mendes</i></p> <p>LIDERANÇA DO PFL – 21</p> <p>Líder <i>Hugo Napoleão</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos (3)</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> Vago Vago</p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB – 26</p> <p>Líder <i>Jader Barbalho</i></p> <p>Vice-Líderes <i>José Alencar</i> <i>Iris Rezende</i> <i>Amir Lando</i> <i>Ramez Tebet</i> <i>Gilberto Mestrinho</i> <i>Renan Calheiros</i> <i>Agnelo Alves</i> Vago</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PDT) – 10</p> <p>Líder <i>Heloísa Helena</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Eduardo Suplicy</i> <i>Sebastião Rocha</i> <i>Jefferson Péres</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB – 14</p> <p>Líder <i>Sérgio Machado</i> Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Antero Pires de Barros</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPB – 2</p> <p>Líder <i>Leomar Quintanilha</i> Vice-Líder Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 3</p> <p>Líder <i>Paulo Hartung</i> Vice-Líder Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PSB – 3</p> <p>Líder <i>Roberto Saturnino</i> Vice-Líder Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PTB – 1</p> <p>Líder <i>Artindo Porto</i></p>
<p>(3) Afastado em 30-3-2000, para exercer o cargo de Secretário de Estado do Governo de Tocantins</p>		
EXPEDIENTE		
<p><i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudionor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>		<p><i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 122ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 20 DE SETEMBRO DE 2000

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 821, de 2000-CN (nº 1.279/2000, na origem), de 15 do corrente, encaminhando os demonstrativos contendo as informações complementares ao projeto de lei que estima a Receita e Fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2001 (Projeto de Lei nº 17, de 2000-CN). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. (Publicada em suplemento a este Diário). 18819

1.2.2 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda

Nº 548/2000, de 13 do corrente, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 206, de 2000, do Senador José Eduardo Dutra. Ao Arquivo. 18819

1.2.3 – Aviso do Ministro de Estado das Minas e Energia

Nº 183/2000, de 11 do corrente, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 320, de 2000, do Senador Pedro Simon, em complementação às enviadas em resposta ao Requerimento nº 44, de 2000 (Anexado ao Requerimento nº 44, de 2000). Ao Arquivo. 18819

1.2.4 – Aviso do Ministro de Estado da Justiça

Nº 897/2000, de 11 do corrente, encaminhando informações complementares referentes ao Requerimento nº 276, de 2000, do Senador Lúcio Alcântara. Ao Arquivo. 18819

1.2.5 – Pareceres

Nº 919, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2000-Complementar, de

autoria do Senador Roberto Freire, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA..... 18820

Nº 920, de 2000, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2000, de autoria do Senador Sebastião Rocha, que altera o art. 94 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, prorrogando o prazo para a transformação dos clubes em empresas até 30 de junho de 2002. 18824

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2000-Complementar, cujo parecer foi lido anteriormente..... 18828

Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, para ser declarado prejudicado, do Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2000, cujo parecer lido anteriormente..... 18828

1.2.7 – Ofícios

S/nºs, de 2000, de 15 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 2.045-3 e 2.047-3, de 2000..... 18828

1.2.8 – Discurso do Expediente

SENADORA HELOÍSA HELENA – Apoio ao ato público, realizado hoje no Rio de Janeiro, para garantir a apuração do assassinato do Presidente da Associação de Enfermagem/RJ, Marcos Otávio Valadão, e da Presidenta do Sindicato dos Enfermeiros/RJ, Edma Rodrigues Valadão, ocorrido no ano passado. Apelo ao Governo Federal para o restabelecimento das negociações com o MST. 18829

1.2.9 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Considerações sobre o abuso das taxas de juros cobradas nos financiamentos em geral. Remessa de ofício ao Ministério da Fazenda solicitando o estabelecimento de regras a serem adotadas pelas instituições financeiras, de acordo com as disposições do Código de Defesa do Consumidor..... 18831

SENADOR FRANCELINO PEREIRA – Registro do lançamento do Projeto Alvorada, em reunião realizada pelo Presidente da República e ministros de Estado no último dia 14 do corrente, que beneficiará 275 municípios de Minas Gerais.. 18833

1.3 – ENCERRAMENTO**2 – ATOS DO DIRETOR-GERAL**

Nº 954, de 2000, referente ao servidor Quitério Lage Martins..... 18838

Nº 955, de 2000, referente ao servidor Matias Júlio Pinto..... 18838

Nº 956, de 2000, referente à servidora Regina Lúcia de Sousa Rodrigues..... 18839

Nº 957, de 2000, referente ao servidor José Missias de Oliveira..... 18839

Nº 958, de 2000, referente à servidora Cláudia Emília dos Santos..... 18840

Nº 959, de 2000, referente à servidora Ana Lúcia Garcia..... 18840

Nº 960, de 2000, referente à servidora Márcia de Fátima Oliveira..... 18841

Nº 961, de 2000, referente ao servidor Gustavo Emanuel de Oliveira Fernandes..... 18841

Nº 962, de 2000, referente ao servidor José Valdi Alves Torres..... 18842

Nº 963, de 2000, referente ao servidor Manoel Neto de Oliveira..... 18842

Nº 964, de 2000, referente à servidora Elione José da Silva..... 18843

Nº 965, de 2000, referente à servidora Raimilda Bispo dos Santos..... 18843

Nº 966, de 2000, referente ao servidor José Carlos Damasceno..... 18844

Nº 967, de 2000, referente ao servidor Gilson Luiz Paraguassu Bastos..... 18844

Nº 968, de 2000, referente ao servidor Altamirides Rodrigues da Silva..... 18845

Nº 969, de 2000, referente ao servidor Edison da Silva Alves..... 18845

Nº 970, de 2000, referente ao servidor José Luciano Ferreira Saldanha..... 18846

Nº 971, de 2000, referente ao servidor Valdir Queiroz..... 18846

Nº 972, de 2000, referente ao servidor Jairo Valle..... 18847

Nº 973, de 2000, referente ao servidor Eduardo José Cavalcanti de Souza..... 18847

Nº 974, de 2000, referente à servidora Isabel Cristina Pereira da Silva..... 18848

Nº 975, de 2000, referente à servidora Maria de Jesus Bastos..... 18848

Nº 976, de 2000, referente à servidora Maria Suely Dantas Bueno..... 18849

Nº 977, de 2000, referente à servidora Kátia Cristina Priess Dias..... 18849

Nº 978, de 2000, referente à servidora Débora Maria Achê Pillar..... 18850

Nº 979, de 2000, referente à servidora Maria de Fátima Freitas..... 18850

Nº 980, de 2000..... 18851

Nº 981, de 2000, referente ao servidor Possidônio Aparecido Gomes..... 18851

Nº 982, de 2000, referente ao servidor José Ribeiro Filho..... 18852

Nº 983, de 2000, referente ao servidor Antonio Soares da Silva..... 18852

Nº 984, de 2000..... 18853

3 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**4 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****5 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DOMERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)**

Ata da 122ª Sessão Não Deliberativa, em 20 de setembro de 2000

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência do Sr. Ribamar Fiquene

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Henrique Loyola, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

**(*) MENSAGEM Nº 821, DE 2000-CN
(Nº 1.279/2000, na origem)**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do § 3º art. 8º da Lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000, encaminho a Vossas Excelências os demonstrativos contendo as informações complementares ao projeto de lei que “Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2001”.

Brasília, 15 de setembro de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso**.

(*) A mensagem, a exposição de motivos e as informações complementares encontram-se publicadas em suplemento à presente edição.

EM Nº 238/MP

Brasília, 15 de Setembro de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar, em cumprimento ao disposto no art. 8º, § 3º, da Lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2001, os demonstrativos e informações complementares ao projeto de lei que “Estima a Receita e Fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2001”, ora em tramitação no Congresso Nacional.

Nesse sentido, esclareço, por oportuno, que, conforme o citado dispositivo legal, o Poder Executivo deverá disponibilizar, ao Congresso Nacional, até quinze dias após o encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual, tais informações.

Respeitosamente, – **Martus Tavares**, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

AVISOS

DO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

Nº 548/2000, de 13 do corrente, por meio do qual encaminha informações referentes ao Requerimento nº 206, de 2000, do Senador José Eduardo Dutra.

As informações, em cópia, juntamente com o CD-ROM, que acompanha o Aviso, foram encaminhados ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

DO MINISTRO DE ESTADO DAS MINAS E ENERGIA

Nº 183/2000, de 11 do corrente, por meio do qual encaminha informações referentes ao Requerimento nº 320, de 2000, do Senador Pedro Simon, em complementação às que haviam sido enviadas em resposta ao Requerimento nº 44, de 2000.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente, e, também, anexadas ao processado do Requerimento nº 44, de 2000.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

DO MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA

Nº 897/2000, de 11 do corrente, por meio do qual encaminha informações complementares, referente ao Requerimento nº 276, de 2000, do Senador Lúcio Alcântara.

A complementação das informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O Requerimento vai ao arquivo.

PARECERES

PARECER Nº 919, DE 2000

Da Comissão de Constituição, Justiça E Cidadania – CCJ sobre o Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2000 – Complementar, de autoria do Senador Roberto Freire, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA.

Relator: Senador Jefferson Péres

I – Relatório

Está submetido ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o PLS nº 17, de 2000 – Complementar, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA”, de autoria do nobre Senador Roberto Freire.

Trata-se de proposição baseada no disposto nos incisos IX do art. 21 e IV do art. 48, da Constituição Federal, e no inciso I, § 1º do art. 43, da mesma Carta, referidos às condições para articulação da ação administrativa da União, dos Estados e Municípios tendo em vista a integração e desenvolvimento de uma dada região. Com tal referência, o projeto propõe, em seu art. 1º, que seja criada a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA, envolvendo os Estados de Pernambuco e da Bahia.

Segundo o § 1º, integrarão a referida região administrativa os Municípios de Lagoa Grande, Orocó, Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, do Estado de Pernambuco, e os Municípios de Casa Nova, Curaçá, Juazeiro e Sobradinho, do Estado da Bahia. De acordo com o art. 2º será instituído um Conselho Administrativo com representantes dos estados e municípios abrangidos pela Região Administrativa, cujas atribuições e composição serão definidas em regulamento próprio.

A partir do art. 3º, a proposição trata da instituição do Programa Especial de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA, estabelecendo que, mediante convênios, normas e critérios, será promovida a unificação de procedimentos relativos a serviços públicos na área da Região Administrativa, particularmente, tarifas, fretes, seguros, linhas de crédito especiais para atividades prioritárias, isenções e incentivos fiscais, em caráter temporário.

O art. 4º trata dos projetos prioritários – irrigação, recursos hídricos, turismo, reforma agrária, infra-estrutura, meio ambiente, sistema de transportes e geração de empregos – e de sua forma de financiamento. Nesse sentido, prevê que os recursos serão de natureza orçamentária, provenientes da União e dos Estados de Pernambuco e da Bahia, além daqueles oriundos de operações de crédito internas e externas.

Por fim, o art. 5º abre a possibilidade de a União firmar convênios com os estados e municípios integrantes da Região Administrativa, de sorte a garantir o cumprimento dos objetivos e diretrizes preconizados no projeto de lei complementar.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II – Voto

O Projeto de Lei nº 17, de 2000 – Complementar está fundamentado no dispositivo constitucional que diz respeito à articulação da ação da União em um mesmo complexo geoeconômico. Trata-se, portanto, de estabelecer as condições da atividade pública em um dado espaço que, pela sua abrangência geográfica, exija o concurso simultâneo da União, Estados e Municípios.

Ocorre que a Carta Magna prevê a necessidade de regulamentação do dispositivo por intermédio de lei complementar, até o momento inexistente. Ainda assim, a Lei Complementar nº 94, de 1998, autorizou o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, com base no mesmo inciso I do § 1º do art. 43 da Constituição Federal.

A sanção dessa lei autorizativa e complementar encontra respaldo na falta de uma norma de caráter mais geral, como aliás se prevê no texto constitucio-

nal, que permita criar um espaço específico de atuação dos entes federativos de diferentes níveis e estabelecer a forma de articulação e cooperação entre eles, tendo em vista o desenvolvimento daquela mesma área.

O PLS nº 17, de 2000 – Complementar segue o mesmo padrão da Lei Complementar nº 94, de 1998, pois trata também do desenvolvimento de uma região que envolve mais de um estado da federação. No caso da área de Petrolina/PE e Juazeiro/BA, localizada no sertão nordestino às margens do rio São Francisco, o potencial econômico é evidente, contrastando com persistentes índices de pobreza. Nessa dicotomia reside a maior justificativa da proposição. A região precisa contar com uma ação coordenada e contínua dos entes federados em prol de seu desenvolvimento, de um apoio diferenciado que permita o aproveitamento de suas vantagens comparativas.

Nesse sentido, trata-se de proposição oportuna e de mérito incontestável que, pelo exposto acima, não nos parece apresentar vício de constitucionalidade. Permitimo-nos, ainda assim, apresentar algumas emendas para aperfeiçoamento do projeto no que tange à técnica legislativa.

EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se ao § 1º do art. 1º a denominação de parágrafo único, com a seguinte redação:

“Art. 1º

.....
Parágrafo único. A Região Administrativa de que trata este artigo é constituída pelos Municípios de Lagoa Grande, Orocó, Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, no Estado de Pernambuco, e pelos Municípios de Casa Nova, Curaçá, Juazeiro e Sobradinho, no Estado da Bahia.”

EMENDA Nº 2 – CCJ

Dê-se ao Parágrafo único do art. 3º a seguinte redação:

“Parágrafo único. O Programa Especial de Desenvolvimento da Região Administrativa de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA, ouvidos os órgão competentes, estabelecerá, mediante convênios, normas e critérios para unificação de procedi-

mentos relativos aos serviços públicos, abrangidos tanto os federais e aqueles de responsabilidade de entes federais, como aqueles de responsabilidade dos entes federados referidos no parágrafo único do art. 1º, especialmente em relação a:

I – tarifas, fretes e seguros, ouvido o Ministério da Fazenda;

II – linhas de crédito especiais para atividades prioritárias;

III – isenções, unificação e incentivos fiscais em caráter temporário, de fomento a atividades produtivas em programas de geração de emprego e fixação de mão-de-obra.”

EMENDA Nº 3 – CCJ

Dê-se ao art. 5º a seguinte redação:

“Art. 5º A União poderá firmar convênios com os Estados de Pernambuco e da Bahia e com os municípios referidos no parágrafo único do art. 1º, com a finalidade de atender ao disposto nesta lei complementar.”

As três emendas acima explicitadas, na verdade, decorrem da necessidade de denominar “parágrafo único” o atual e único parágrafo do art. 1º, além de alterar sua redação, para evitar o entendimento de que o Estado de Pernambuco e o Estado da Bahia estariam, em sua totalidade, incluídos na Região Administrativa. As emendas 2 e 3 atualizam as remissões ao parágrafo único do art. 1º.

Ao apresentar nosso parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2000 – Complementar, entendemos fundamental registrar a importância e urgência de se regulamentar o inciso I, § 1º, art. 43 da Carta Magna, pelo que representa como alternativa institucional de promoção do desenvolvimento de espaços diferenciados. O conceito de desenvolvimento regional vem evoluindo, de tal maneira que é, hoje, uma concepção ampla, incluindo não apenas as grandes e tradicionais regiões geográficas do País, mas, também, subespaços diferenciados e necessitados de uma ação pública específica.

O reconhecimento dessa evolução é evidente. Observe-se, por exemplo, a nova regionalização proposta no Plano Plurianual para o quadriênio

2000-2003, no qual foram delineados novos espaços para a ação oficial, definidos em função de potencialidades e carências. Há que buscar-se a atualização e adequação da norma constitucional às novas exigências, pela criação de parâmetros gerais que orientem a ação articulada dos entes federativos em um dado espaço.

Sala da Comissão, 13 de setembro de 2000.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

*Art. 21. Compete à União:

I – manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais;

II – declarar a guerra e celebrar a paz;

III – assegurar a defesa nacional;

IV – permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

V – decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal;

VI – autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico;

VII – emitir moeda;

VIII – administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada;

IX – elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

X – manter o serviço postal e o correio aéreo nacional;

XI – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais;

XII – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

a) os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

b) os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos;

c) a navegação aérea, aeroespacial e a infra-estrutura aeroportuária;

d) os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estado ou Território;

e) os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;

f) os portos marítimos, fluviais e lacustres.

XIII – organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios;

XIV – organizar e manter a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio;

XV – organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartografia de âmbito nacional;

XVI – exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão;

XVII – conceder anistia;

XVIII – planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações;

XIX – instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso;

XX – instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;

XXI – estabelecer princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação;

XXII – executar os serviços de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

XXIII – explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os seguintes princípios e condições:

a) toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional;

b) sob regime de concessão ou permissão, é autorizada a utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos medicinais, agrícolas, industriais e atividades análogas;

c) a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa;

XXIV – organizar, manter e executar a inspeção do trabalho;

XXV – estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa.

.....
*EC 8/95 e EC 19/98.

Art. 43. Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

§ 1º Lei complementar disporá sobre:

I – as condições para integração de regiões em desenvolvimento;

II – a composição dos organismos regionais que executarão, na forma da lei, os planos regionais, integrantes dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social, aprovados juntamente com estes.

§ 2º Os incentivos regionais compreenderão, além de outros, na forma da lei:

I – igualdade de tarifas, fretes, seguros e outros itens de custos e preços de responsabilidade do Poder Público;

II – juros favorecidos para financiamento de atividades prioritárias;

III – isenções, reduções ou diferimento temporário de tributos federais devidos por pessoas físicas ou jurídicas;

IV – prioridade para o aproveitamento econômico e social dos rios e das massas de água represadas ou represáveis nas regiões de baixa renda, sujeitas a secas periódicas.

§ 3º Nas áreas a que se refere o § 2º, IV, a União incentivará a recuperação de terras áridas e cooperará com os pequenos e médios proprietários rurais para o estabelecimento, em suas glebas, de fontes de água e de pequena irrigação.

.....
* Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;

XI – criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal;

XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

* EC 19/98.

PARECER Nº 920, DE 2000

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2000, de autoria do Senador Sebastião Rocha, que altera o art. 94 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, prorrogando o prazo para a transformação dos clubes em empresas até 30 de junho de 2002.

Relator: Senador Djalma Bessa

I – Relatório

Nos termos dos arts. 91, I, e 102 do Regimento Interno do Senado Federal, vem a exame da Comissão de Educação, para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2000, que “altera o art. 94 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, prorrogando o prazo para a transformação dos clubes em empresas até 30 de junho de 2002”.

O ilustre Senador Sebastião Rocha justifica sua proposição ante a necessidade de que se conceda

prazo maior para uma análise criteriosa sobre a conveniência da adoção do preceito que obriga as entidades participantes de competições desportivas profissionais a se transformarem em empresas ou a constituírem sociedade comercial para administração de suas atividades.

O projeto esteve à disposição das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores na Secretaria desta Comissão, não tendo recebido emendas no prazo regimental.

É o Relatório.

II – Análise

O art. 27 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, tornou as atividades relacionadas a competições de atletas profissionais privativas de:

“Art. 27.

I – sociedades civis de fins econômicos;

II – sociedades comerciais admitidas na legislação em vigor;

III – entidades de prática desportiva que constituírem sociedade comercial para administração das atividades de que trata este artigo”.

E determinou, no parágrafo único do mesmo artigo, a suspensão das atividades das entidades que infringirem os dispositivos da Lei, enquanto perdurasse a violação.

Já o art. 94 do diploma legal, com a redação dada pela Lei nº 9.940, de 21 de dezembro de 1999, concedeu prazo até 24 de março de 2001 para que as entidades praticantes ou participantes de competições de atletas profissionais se adaptassem às disposições previstas.

Trazido ao cenário desportivo pelo então Ministro Extraordinário dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento, o princípio que tornava imperativa a condição de empresa com fins lucrativos para que o clube disputasse competições profissionais sempre foi alvo de interpretações conflitantes.

Do ponto de vista jurídico, suscitou a arguição de inconstitucionalidade manifesta de preceito que feriria valores constitucionais relevantes como a liberdade de associação (art. 5º, XVII e XVIII) e a autonomia desportiva (art. 217, 1). Dessa maneira, o Estado

não poderia fazer essa exigência, já que se trata de uma garantia constitucional coletiva.

De outra parte, defendia-se a adoção de tal dispositivo sob a alegação de se estar apenas adequando a legislação à realidade hoje existente nas entidades de prática desportiva, de modo a regularizar relações decorrentes de atividades de natureza evidentemente comercial, como contratos de exploração de imagem, de **marketing**, de material esportivo, e outras.

Com efeito, a matéria constituiu um dos pontos mais discutidos no âmbito da Comissão Especial instituída para examinar a Medida Provisória nº 2.011-8, de 26 de maio de 2000, que propunha a alteração de dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Conquanto não constasse do texto original encaminhado pelo Executivo à apreciação do Congresso Nacional, o dispositivo foi modificado, passando a tornar facultativa a obrigatoriedade anterior.

O Relator da medida, nobre Senador Maguito Vilela, assim justificou a alteração em seu parecer final sobre a matéria:

“Um dos pontos que suscitou acirrados debates durante a elaboração da Lei nº 9.615/98 foi o princípio que determina a obrigatoriedade de os clubes se transformarem em empresas. Passados quase dois anos da edição da Lei, o debate acerca da matéria parece não ter chegado a um consenso, provocando, até hoje, apaixonadas discussões.

.....

Em razão da indefinição com relação à oportunidade e a validade da medida, parece-nos adequado e providencial que tal exigência ou imposição transforme-se em faculdade ou opção. Sem dúvida, a obrigatoriedade das associações civis se transformarem em clube-empresa como condição **sine qua non** para disputar certames profissionais afronta e fere os postulados constitucionais da liberdade de associação (art. 5º XVII e XVIII da Constituição Federal) e da autonomia desportiva (art. 217, I da Constituição Federal).

Como este Relator tem repetido ao longo dos trabalhos desta Comissão, exigir-se a transformação de clubes profissionais em empresas é tão esdrúxulo e injurídico

co quanto compelir as empresas a se tornarem clubes profissionais.

Dessa maneira, propomos nova redação ao art. 27, tornando facultativa a transformação de entidades de prática desportiva participantes de competições profissionais em sociedades civis de fins econômicos e em sociedades comerciais, bem como possibilitando a constituição ou contratação de sociedade comercial para administrar suas atividades profissionais”.

Além disso, a nova redação buscou resguardar as entidades de prática desportiva para que não sejam comprometidas patrimonialmente, fazendo depender qualquer decisão dessa magnitude da aprovação da maioria absoluta da assembléia geral de associados. Exige, ainda, do clube transformado em empresa ou que constitua ou contrate sociedade comercial para administrar suas atividades profissionais que preserve, no mínimo, cinquenta e um do capital social com direito a voto e o poder efetivo de gestão da nova sociedade, sob pena de ficar vedada sua participação nas competições desportivas profissionais.

Tal redação proposta ao art. 27, constante do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2000, aprovado pelo Congresso Nacional, foi mantida na Lei nº 9.981/2000, sancionada pelo Presidente da República, em 14 de julho próximo passado.

III – Voto

Tendo em vista a edição recente da norma referida anteriormente, que torna facultativa, e não obrigatória, a transformação de entidades de prática desportiva participantes de competições profissionais em sociedades civis de fins econômicos e em sociedades comerciais, bem como a constituição ou contratação de sociedade comercial para administrar suas atividades profissionais, consideramos superado o objeto da presente proposição legislativa. Nesses termos, opinamos pela prejudicialidade do PLS nº 108, de 2000.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2000. –
Presidente **Freitas Neto** – Relator **Djalma Bessa**,
Álvaro Dias, **Jonas Pinheiro**, **Romeu Tuma**, **Geraldo Cândido**, **Edison Lobão**, **Tião Viana**, **Ricardo Santos**, **Emília Fernandes**, **Agnelo Alves**, **Pedro Simon**, **José Fogaça**, **Valmir Amaral**, **Lúcio Alcântara**, **Bello Parga**, **Ney Suassuna**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS 108 / 2000

Pravos

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AMR LANDO					MAQUITO VILELA				
AGNELO ALVES	X				NEY SUASSUNA	X			
GERSON CAMATA					RAMEZ TEBET				
IRIS REZENDE					ALBERTO SILVA				
JOSÉ SARNEY					JADER BARBALHO				
PEDRO SIMON	X				JOSÉ FOGAÇA	X			
ROBERTO REQUIÃO					VALMIR AMARAL	X			
GILVAM BORGES					ALBINO BOAVENTURA				
HENRIQUE LOYOLA					VAGO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HUGO NAPOLEÃO					GERALDO ALTHOFF				
FREITAS NETO					FRANCELINO PEREIRA				
DIALMA BESSA	X				JONAS PINHEIRO	X			
JOSÉ JORGE					MOZARILDO CAVALCANTI				
JORGE BORNHAUSEN					ROMEU TUMA	X			
RIBAMAR FIQUENE					EDISON LOBÃO	X			
BELLO PARÇA	X				MARIA DO CARMO ALVES				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALVARO DIAS	X				CARLOS WILSON				
ARTUR DA TÁVOLA					OSMAR DIAS				
RICARDO SANTOS	X				PAULO HARTUNG				
LÚCIO ALCÂNTARA	X				LÚDIO COELHO				
TEOTONIO VILELA FILHO					ANTERO PAES DE BARROS				
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SEBASTIAO ROCHA					GERALDO CANDIDO	X			
HELOISA HELENA					ANTÔNIO C. VALADARES (PSB)				
EMÍLIA FERNANDES	X				LAURO CAMPOS				
ROBERTO SATURNINO (PSB)					TIAO VIANA	X			
MARINA DA SILVA					JEFFERSON PERES				
TITULAR - PPB	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO S. CAMPOS					LEOMAR QUINTANILHA				

TOTAL: 16 SIM: 16 NÃO: 1 ABS: 1

* Observação: Apenado o parecer pela juridicidade do projeto

SALA DAS REUNIÕES, EM 22/09/2000

SENADOR FREITAS NETO
Presidente da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

I – a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

.....
LEI Nº 9.981, DE 14 DE JULHO DE 2000

Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

.....
“Art. 27. É facultado à entidade de prática desportiva participante de competições profissionais:” (NR)

“I – transformar-se em sociedade civil de fins econômicos;” (NR)

“II – transformar-se em sociedade comercial;” (NR)

“III – constituir ou contratar sociedade comercial para administrar suas atividades profissionais.” (NR)

“§ 1º (parágrafo único original) (Revogado)”

“§ 2º A entidade a que se refere este artigo não poderá utilizar seus bens patrimoniais, desportivos ou sociais para integralizar sua parcela de capital ou oferecê-los como garantia, salvo com a concordância da maioria absoluta da assembléia-geral dos associados e na conformidade do respectivo estatuto.” (AC)

“§ 3º Em qualquer das hipóteses previstas no **caput** deste artigo, a entidade de prática desportiva deverá manter a propriedade de, no mínimo, cinquenta e um por cento do capital com direito a voto e ter o efetivo poder de gestão da nova sociedade, sob pena de ficar impedida de participar de competições desportivas profissionais.” (AC)

“§ 4º A entidade de prática desportiva somente poderá assinar contrato ou firmar compromisso por dirigente com mandato eletivo.” (AC)

“Art. 27-A. Nenhuma pessoa física ou jurídica que, direta ou indiretamente, seja detentora de parcela do capital com direito a voto ou, de qualquer forma, participe da administração de qualquer entidade da prática desportiva poderá ter participação simultânea no capital social ou na gestão de outra entidade de prática desportiva disputante da mesma competição profissional.” (AC)

“§ 1º É vedado que duas ou mais entidades de prática desportiva disputem a mesma competição profissional das primeiras séries ou divisões das diversas modalidades desportivas quando:” (AC)

“a) uma mesma pessoa física ou jurídica, direta ou indiretamente, através de relação contratual, explore, controle ou administre direitos que integrem seus patrimônios; ou,” (AC)

“b) uma mesma pessoa física ou jurídica, direta ou indiretamente, seja detentora de parcela do capital com direito a voto ou, de qualquer forma, participe da administração de mais de uma sociedade ou associação que explore, controle ou administre direitos que integrem os seus patrimônios.” (AC)

“§ 2º A vedação de que trata este artigo aplica-se:” (AC)

“a) ao cônjuge e aos parentes até o segundo grau das pessoas físicas; e” (AC)

“b) às sociedades controladoras, controladas e coligadas das mencionadas pessoas jurídicas, bem como a fundo de investimento, condomínio de investidores ou outra forma assemelhada que resulte na participação concomitante vedada neste artigo.” (AC)

“§ 3º Excluem-se da vedação de que trata este artigo os contratos de administração e investimentos em estádios, ginásios e praças desportivas, de patrocínio, de licenciamento de uso de marcas e símbolos, de publicidade e de propaganda, desde que não importem na administração direta ou na co-gestão das atividades desportiva profissionais das entidades de prática desportiva, assim como os contratos individuais ou coletivos que sejam celebrados entre as detentoras de concessão, permissão ou autorização para exploração de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, bem como de televisão por assinatura, e entidades de prática desportiva para fins de transmissão de eventos desportivos.” (AC)

“§ 4º A infringência a este artigo implicará a inabilitação da entidade de prática desportiva para a percepção dos benefícios de que trata o art. 18, bem como a suspensão prevista no art. 48, IV, enquanto perdurar a transgressão.” (AC)

“§ 5º Ficam as detentoras de concessão, permissão ou autorização para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, bem como de televisão por assinatura, impedidas de patrocinar entidades de prática desportiva.” (AC)

“Art. 94. Os artigos 27, 27-A, 28, 29, 30, 39, 43, 45 e o § 1º do art. 41 desta lei serão obrigatórios exclusivamente para atletas e entidades de prática profissional da modalidade de futebol.” (NR)

“Parágrafo único. É facultado às demais modalidades desportivas adotar os preceitos constantes dos dispositivos referidos no **caput** deste artigo.” (AC)

“Art. 94-A. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei, inclusive a distribuição dos recursos, gradação das multas e os procedimentos de sua aplicação.” (AC)

Art. 2º Ficam revogados, a partir de 31 de dezembro de 2001 os arts. 59 a 81 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, respeitando-se as autorizações que estiverem em vigor até a data da sua expiração.

Parágrafo único. Caberá ao Indesp o credenciamento das entidades e à Caixa Econômica Federal a autorização e a fiscalização da realização dos jogos de bingo, bem como a decisão sobre a regularidade das prestações de contas.

Art. 3º Os prêmios de jogos de bingo obtidos de acordo com a Lei nº 9.615 de 1998 e não reclamados, bem como as multas aplicadas em decorrência do descumprimento do disposto no Capítulo IX do mesmo diploma legal, constituirão recursos do Indesp.

Art. 4º Na hipótese de a administração do jogo de bingo ser entregue a empresa comercial, é de exclusiva responsabilidade desta o pagamento de todos os tributos e encargos da seguridade social incidentes sobre as respectivas receitas obtidas com essa atividade.

Art. 5º Revogam-se os arts. 36 e 37 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, bem como a Lei nº 9.940, de 21 de dezembro de 1999.

Art. 6º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.011-8, de 26 de maio de 2000.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de julho de 2000; 179º da Independência e 112º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** – José Gregori – Pedro Malan – Francisco Dornelles – Waldeck Ornélas – Carlos Melles.

.....
O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2000 – Complementar, de autoria do Senador Roberto Freire, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA, cujo parecer acaba de ser lido, foi apreciado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

No entanto, por se tratar de matéria objeto de lei complementar e de competência do Plenário do Senado Federal, a Presidência abre o prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas ao Projeto, perante a Mesa, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2000, de autoria do Senador Sebastião Rocha, que altera o art. 94 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, prorrogando o prazo para a transformação dos clubes em empresas até 30 de junho de 2002, cujo parecer foi lido anteriormente, será incluído em Ordem do Dia oportunamente, a fim de ser declarado prejudicado, nos termos do art. 334 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Henrique Loyola.

São lidos os seguintes:

MP Nº 2045-3

Publicação **DOU**: 25-8-00

Assunto: Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, suspende temporariamente o registro de arma de fogo, e dá outras providências.

Titular: Pedro Piva
Suplente: Romero Jucá

Brasília, 15 de setembro de 2000. – Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

MP Nº 2047-3

Publicação **DOU**: 28-8-00

Abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República, do Ministério da Justiça, do Ministério do Esporte e Turismo e do Ministério da Defesa, no valor global de R\$422.002.000,00, para os fins que especifica.

Titular: Romero Jucá
Suplente: Geraldo Melo

Brasília, 15 de setembro de 2000. – Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene) – Seção feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene) – Concedo a palavra à eminente Senadora Heloisa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tratarei de dois assuntos.

No dia 21 de setembro do ano passado, em sessão nesta Casa, tive a oportunidade de tratar de um fato que até hoje tem levado à indignação representantes de várias entidades do movimento sindical e do movimento popular. Há exatamente um ano, foram assassinados, brutal e covardemente, Marcos Otávio Valadão, Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem do Rio de Janeiro, e Edma Rodrigues Valadão, Presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Rio de Janeiro. Tratava-se de um casal de militantes do movimento social, enfermeiros, sindicalistas, pessoas competentes e honestas, que não tinham inimigos e eram reconhecidas como referência tanto no movimento sindical quanto na área da saúde.

O crime aconteceu quando esses dois companheiros se dirigiam para o encerramento da 3ª Conferência Estadual de Saúde no Rio de Janeiro. Ao pararem o veículo junto ao semáforo da esquina da Avenida Marechal Rondon, foram abordados por dois homens em uma moto, que os metralharam em via pública. Marcos foi atingido por dois tiros na cabeça, tendo morte instantânea, e Edma foi atingida também na cabeça e, embora socorrida no local, não suportou os ferimentos, vindo a morrer logo após. O violento atentado foi a concretização de várias ameaças de morte que vinha recebendo o casal. Acredita-se que esse

duplo homicídio tem como motivo várias denúncias de irregularidades e de desvios de verbas do Sistema Cofen/Coren que vinham sendo feitas pelos sindicalistas mortos.

O inquérito para apuração desse duplo homicídio já passou pela 25ª Delegacia de Polícia, com o auxílio da Força Tarefa, pela Divisão de Homicídios e atualmente encontra-se na Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas e Inquéritos Especiais. Infelizmente, pouco se apurou até o momento.

Hoje, no Rio de Janeiro, está havendo um ato público com o objetivo de garantir cobranças, explicações e providências. A CUT do Rio de Janeiro, a Federação dos Enfermeiros, os Sindicatos da Saúde, a Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, a Comissão dos Direitos Humanos da Câmara dos Vereadores, enfim, várias entidades do movimento social, que lutam pelos direitos humanos, estão presentes nesse ato público, cobrando ações dos Governos Federal e Estadual para garantir a apuração do assassinato desse casal.

É realmente inadmissível que esses dois sindicalistas, pessoas honestas e competentes, profissionais de referência do setor público de saúde no Rio de Janeiro, tenham sido covarde e brutalmente assassinados numa via pública, sem nenhum assalto, e nada tenha sido apurado em relação ao caso até o momento.

Registro o nosso protesto e a nossa solidariedade aos outros sindicalistas que atuavam nesse caso das denúncias, juntamente com os companheiros Marcos e Edma, cujos assassinatos, infelizmente, não foram desvendados até hoje. Esses sindicalistas também estão recebendo ameaças de morte. Sem dúvida, trata-se de algo abominável, porque todos sabemos que não há nada mais promissor para a violência do que essa maldita cultura da impunidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo tema relaciona-se à polêmica pública envolvendo o Movimento dos Sem-Terra e o Governo Federal.

Tive a oportunidade de participar, na semana passada, de uma reunião com a presença de Senadores, Deputados Federais, representantes do Movimento dos Sem-Terra e do Governo. Nessa reunião, realizada na quarta-feira, o Governo Federal estabeleceu condicionantes que foram prontamente aceitas pelo Movimento dos Sem-Terra. No entanto, para surpresa de todos os Parlamentares que participaram

dessa negociação, na quinta-feira o Governo voltou atrás na condição imposta, que era justamente a desocupação da área pública municipal conhecida hoje como a "fazenda dos filhos do Presidente da República". Evidentemente, trata-se de área pública municipal que fica próxima à fazenda dos filhos do Presidente da República. Esse episódio já provocou uma grande celeuma e uma enorme disputa jurídica nacional. Todos sabemos que não é papel do Exército proteger propriedade privada, bem como não se trata de questão de segurança nacional dar proteção à propriedade particular de ninguém. Mas as negociações foram feitas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra aceitou as condicionantes. De repente, essas condicionantes não mais serviam.

Temos conhecimento – aqui não tem ninguém inocente – de que a intenção do Presidente da República era mais dar uma resposta ao Governador Itamar Franco do que propriamente ao MST. Partamos de um pressuposto claro: em uma mesa de negociação, o Governo apresenta condicionantes; o Movimento dos Sem-Terra prontamente as aceita, deixando todos os prédios públicos, pátios e estacionamentos que ocupava, bem como a área pública municipal próxima à fazenda dos filhos do Presidente. As condicionantes apresentadas pelo Governo foram prontamente aceitas; no entanto, repentinamente, não mais valiam.

Hoje, as páginas da imprensa estão recheadas das bravatas e dos blefes do Presidente da República, que, certamente, está querendo parecer um leão perante o Movimento dos Sem-Terra, porque teve que se comportar como um gatinho em relação ao Governador Itamar Franco. O que Sua Excelência não teve coragem de fazer com o Governador, tenta fazer com o MST: colocou helicópteros da Polícia Federal dando vãos rasantes no acampamento dos sem-terra. Inclusive, os jornalistas que estiveram presentes na área identificaram crianças que estavam ali correndo, deixando seus pratos de comida, com medo, porque eram helicópteros com agentes à paisana, armados com metralhadoras, fazendo gestos como que para indicar que uma suposta operação poderia acontecer.

Sei que é mais uma bravata do Presidente da República, mas, mesmo assim, o Movimento dos Sem-Terra, ontem, juntamente com a CNBB, o CIC e a OAB, chegou a um acordo. Portanto, cumprirá todas as condicionantes apresentadas pela Presidência da República e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Não há prédio público, nem pátio, nem esta-

cionamento de órgão público ocupado. Quanto à área pública municipal próxima à fazenda dos filhos do Presidente, o MST, da mesma forma que fez na quinta-feira passada, aceita sair, estabelecer a distância exigida pelo Governo. Eles estavam a 20 quilômetros de distância. É pouco? Não há problema; ficarão a 100 quilômetros. É pouco? Ficarão a 150 quilômetros.

O apelo que fazemos é única e exclusivamente para que o Governo Federal estabeleça a negociação com o Movimento dos Sem-Terra, a fim de operacionalizar a pauta já acordada. Não há nenhuma pauta nova de reivindicações. Existe uma proposta apresentada pelo Presidente da República em julho deste ano, que não foi operacionalizada. Como os mecanismos concretos para dar operacionalidade a essa proposta não foram efetivados, o Movimento dos Sem-Terra iniciou uma mobilização na quinta-feira passada. Aceitou todas as condições, e, mesmo assim, o Presidente da República ainda inicia novas bravatas. São bravatas em relação ao Governador Itamar Franco.

Então, esperamos que, além de suas bravatas e dos pães-de-queijo que comeu para debochar do Governador Itamar Franco, Sua Excelência aja como Chefe do Executivo, cuja função não é apenas utilizar o Exército para proteger sua propriedade privada – algo que até deveria ser crime de responsabilidade. Que Sua Excelência não faça chantagem, biquinho, que não bata pezinho. Isso é algo inadmissível em uma pessoa com a sua idade, que ocupa o seu cargo. Nós esperamos que imediatamente as negociações sejam estabelecidas e que tudo que tinha sido acordado na quinta-feira passada o seja novamente.

O que é mais grave, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que tudo poderia ter sido resolvido na quinta-feira passada. Por que não o foi embora todas as condicionantes apresentadas pelo Governo tenham sido aceitas pelo Movimento dos Sem-Terra? O povo brasileiro precisa dessa resposta e de outras, muito mais do que de bravatas presidenciais, muito mais do que dessa assertiva ridícula do Presidente da República contra os servidores públicos. Independentemente de ser agente público, sou professora de universidade, sou funcionária pública e me sinto profundamente honrada em ser comparada aos trabalhadores do Movimento dos Sem-Terra. Até imagino que haja muitas semelhanças entre ambos, como o fato de estarem os servidores públicos há seis anos com os salários congelados e o Movimento dos Sem-Terra

há seis anos sem reforma agrária – na verdade, há muito mais tempo que isso. Para mim, como funcionária pública, não é motivo de desonra, mas de honra, ser comparada aos membros de um movimento extremamente importante, que faz a reforma agrária do País diante da inconseqüência, da incompetência do Governo de fazê-lo. O Movimento dos Sem-Terra existe porque o Governo não faz a reforma agrária. O João Pedro Stédile já disse várias vezes: "Querem acabar com o Movimento dos Sem-Terra? Façam a reforma agrária".

Não se pode acabar com o Movimento dos Sem-Terra à força, na arrogância, na vaidade, esperando que ele evapore. Dessa forma, realmente não se conseguirá. E o que o Presidente da República faz no auge da sua arrogância e vaidade? Para desqualificar o Movimento dos Sem-Terra, compara-o aos servidores públicos deste País, como se esses fossem parasitas. Os servidores públicos trabalham. Os que não trabalham vivem sob as asas paternalistas dos políticos ligados ao Presidente da República ou à base aliada. Com certeza, os servidores públicos trabalham, não são parasitas, recebem pelo trabalho que fazem. O salário que percebem não representa nenhum favor de Presidente, Governador ou Prefeito. Sua Excelência, para desqualificar o Movimento, desqualifica também o servidor público, fazendo uma comparação extremamente pejorativa.

Fica, mais uma vez, o nosso apelo para que o Governo Federal imediatamente restabeleça as negociações e supere o conflito. É até meio ridículo estarmos repetindo isso. Fico realmente impressionada, porque, na quinta-feira passada, tudo poderia ter sido resolvido. As condições apresentadas são as mesmas da semana passada, que haviam sido prontamente aceitas pelo Movimento dos Sem-Terra. No entanto, o Presidente da República, no auge de sua arrogância e vaidade, como não podia mandar os helicópteros fazerem vôos rasantes no Palácio do Governador de Minas, começou a estabelecer cavalos de batalha com o Movimento dos Sem-Terra, coisa realmente ridícula e medíocre, em pleno ano 2000, para uma pessoa da sua idade, que ocupa o seu cargo.

Os trabalhadores que estão nas ocupações querem ir para casa; não gostam de ficar na chuva, no sol, na poeira ou em uma praça, pedindo migalhas para se alimentar. Os outros companheiros que estão no campo estão mandando alimentos, para que sobrevivam. Quem é masoquista e gosta de viver assim? Ninguém. Os trabalhadores querem imediata-

mente voltar ao campo, aos assentamentos, aos acampamentos, a fim de fazer aquilo que sabem: por meio da agricultura, dinamizar a economia local, gerar emprego, renda, alimentos, para combater a vergonha da fome e não precisar morar nas favelas – embora, hoje, muitos assentamentos sejam verdadeiras favelas rurais. Os trabalhadores rurais querem voltar para a casa, não porque o Presidente da República está batendo pezinho para isso. Eles querem voltar para casa, com a liberação de créditos do custeio e de recursos para os projetos de educação popular a serem desenvolvidos mediante convênios com as universidades. Eles simplesmente querem voltar com as alternativas concretas, ágeis e eficazes, para que possam plantar, porque o calendário agrícola não pode esperar pelas brigas do Presidente da República.

Esse era o apelo que queríamos deixar registrado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene) – Os Srs. Senadores Ademir Andrade e Francelino Pereira enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{es}. e Srs. Senadores, venho à tribuna do Senado Federal para tratar do abuso das taxas de juros nos financiamentos em geral existentes em nosso País. Muito embora seja um tema que abrange de perto o interesse de toda a sociedade, as irregularidades realizadas pelos bancos quanto à prática ilícita da cobrança de juros abusivos nos contratos de "leasing", cheque especial, contrato de mútuo, financiamento de capital de giro, escritura de confissão de dívida e outras avenças, não se tem notícia de uma medida adotada pelo Banco Central a fim de se evitar tais irregularidades ou mesmo punir quem as pratica, pelo contrário, o Governo Federal re-edita a famigerada Medida Provisória que permite a cobrança de juros sobre juros.

É interessante observar que o Banco Central, em resposta ao meu Requerimento de Informação n^o 695/97, quando indagado sobre que critérios e formas se definem se os juros são "abusivos ou escorchantes", limitou-se a dizer que "não existe qualquer outra referência ao assunto além do disposto no Decreto n^o 22.626/33, também conhecido como 'lei da usura', cujas disposições não se aplicam às instituições integrantes do sistema financeiro nacional, no tocante às taxas de juros e encargos cobrados nas

operações que realizam, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na Súmula nE 596/81”.

Portanto, muito antes de o Banco Central pretender estabelecer a falsa legalidade entre os juros praticados e a imoralidade abusiva exigida dos contratos bancários, se torna interessante deixar patente, que no Brasil desde o Código Comercial de 1850, ainda em pleno vigor; do Código Civil de 1916, também em vigor; do Decreto 22.626/33, referido pelo próprio Banco Central como lei da usura, da Constituição Federal de 1988 e, por derradeiro, o Código de Defesa do Consumidor, de 1990, é proibida a cobrança de juros sobre juros em todos os contratos de financiamento, mesmo que esteja lançada no bojo de alguma cláusula, com exceção aos firmados por Cédulas do tipo Industrial, Comercial e Rural.

A atividade financeira, que é da própria essência da atividade bancária, direta ou indiretamente, está sempre envolvendo toda a sociedade, pouco importando o nível sócio-econômico em que se encontre este ou aquele indivíduo. Assim é que praticamente todas as pessoas estão vinculadas a instituições financeiras, via das quais recebem seus salários ou proventos, pagam suas contas de diferentes matizes, movimentam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, recebem rendimentos do PIS/PASEP, obtêm o financiamento da casa própria, conseguem crédito pessoal, cheques com limites garantidos, etc. É uma relação jurídica compulsória, pois que, na sociedade de consumo atual, seria mesmo impossível imaginar que alguém pudesse tocar a vida, sem algum tipo de dependência de um banco.

De fato, os bancos prestam serviços aos consumidores quando recebem tributos e carnês mesmo de quem não é seu cliente, fornecem extratos, contratam aluguel de cofres, operacionalizam contas de poupança e cuidam de aplicações financeiras, de modo geral. Comercializam produtos quando concedem o crédito, pois que este é um produto imaterial, como tal definido no Código de Defesa do Consumidor.

Ocorre que não se tem notícia de que algum banco tenha refeito seus contratos, adequando-se ao Código de Defesa do Consumidor, que exige seja dado prévio (e ostensivo) conhecimento ao consumidor do conteúdo das cláusulas pré-elaboradas. Assim também, como estabelecido no Código do Consumidor, caberia aos bancos, nos contratos de concessão de crédito ou de financiamento, informar previamente ao consumidor sobre a taxa efetiva de juros reais, (não apenas as nominais).

As cláusulas leoninas que desequilibram a relação contratual são presentes em inúmeros contratos de financiamento, dentre elas destacando-se, exemplificativamente, a que elege foro longínquo da residência do consumidor, nos instrumentos de bens de consumo, especialmente veículos, sob a forma de alienação fiduciária em garantia. A finalidade, neste caso, é uma só: impedir que o consumidor possa exercer o seu direito de defesa nas ações de busca e apreensão do bem.

Portanto, é flagrante a clara ofensa ao princípio da boa-fé, ausência total de transparência nas relações de consumo com as instituições financeiras, muito embora os bancos estejam obrigados a assegurar informações (prévias) corretas, claras, precisas e ostensivas.

Acontece que o Governo Federal apenas favorece as instituições financeiras, foi assim com o Proer e com a ajuda aos bancos Fontecindam e Marka sob o absurdo argumento de risco em todo o sistema financeiro. Portanto, causa perplexidade que as medidas adotadas pelo governo tragam regra mais benéfica para as já poderosas instituições financeiras em detrimento de toda a população e do pequeno e médio setor produtivo!

O próprio Poder Judiciário vem se manifestando, inúmeras vezes, sobre a ilegalidade dos juros compostos, por exemplo, as Administradoras de Cartão de Crédito levaram um choque em sua tranqüila usura. No Rio Grande do Sul, os portadores de dois mil cartões entraram em juízo contra os juros abusivos de até 18% ao mês. E estão ganhando as questões. As administradoras de cartão de crédito não irão recorrer da decisão para evitar que haja uma decisão de tribunal federal que se torne obrigatório no País todo.

O problema é político: as medidas adotadas pelo Governo Federal não beneficiam a maior parte da Nação, mas sim os já privilegiados banqueiros. Contribui para a concentração de renda, piora a situação de mutuários em dificuldades financeiras, torna mais caro o crédito produtivo, agravando o explosivo cenário social no Brasil.

Assim, é que encaminhado ofício ao Ministro da Fazenda solicitando que o mesmo estabeleça, enquanto presidente do Conselho Monetário Nacional e tendo como seu subordinado o Presidente do Banco Central, regras padrão, a serem adotadas por todas as instituições financeiras, em conformidade com o que estabelece o Código de Defesa do Consumidor.

Era o que tinha a dizer.

Of. 061 GSVPRE/2000

Brasília, 11 de setembro 2000

Exmo. Sr. Ministro de Estado
Pedro Sampaio Malan
MD Ministro da Fazenda
Brasília-DF

Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda,

Não obstante tratar-se de tema que abrange de perto interesse de toda a sociedade, as irregularidades realizadas pelos bancos quanto à prática ilícita da cobrança de juros sobre juros, nos contratos de "leasing", cheque especial, contrato de mútuo, financiamento de capital de giro, escritura de confissão de dívida e outras avenças, não se tem notícia de uma medida adotada pelo Banco Central a fim de se evitar tais irregularidades ou mesmo punir quem as pratica.

Ora, é inquestionável que direta ou indiretamente, as atividades bancárias estão sempre envolvendo toda a sociedade. Assim é que praticamente todas as pessoas estão vinculadas a instituições financeiras, via das quais, recebem seus salários, remuneração ou proventos, pagam suas contas, movimentam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, recebem rendimentos do PIS/PASEP, obtêm o financiamento da casa própria, conseguem crédito pessoal, cheques com limites garantidos, etc. É uma relação jurídica compulsória, pois que, na sociedade de consumo atual, seria mesmo impossível imaginar que alguém pudesse tocar a vida, sem algum tipo de dependência de um banco. Por isto que o Código de Defesa do Consumidor, (art.3º, § 2º - CDC) arrola a atividade bancária como componente da relação de consumo.

De fato, os bancos prestam serviços aos consumidores quando recebem tributos e carnês mesmo de quem não é seu cliente, fornecem extratos, contratam aluguel de cofres, operacionalizam contas de poupança e cuidam de aplicações financeiras, de modo geral. Comercializam produtos quando concedem o crédito, pois que este é um produto imaterial, como tal definido no § 1º do art.3º do CDC.

Nas relações ocorrentes entre o banco e o consumidor, de regra, há um contrato de adesão, cujas cláusulas devem evitar o caráter da abusividade (art.51 do CDC). Inevitável que é o contrato adesivo,

seu conteúdo tem que afeiçoar-se ao princípio da boa-fé, subsumindo-se ao comando do inciso III, do art.4º do CDC, para possibilitar a plena harmonia dos interesses dos bancos com as expectativas dos seus clientes, única forma de ser compatibilizada a proteção do consumidor com o desenvolvimento tecnológico.

Entrementes, não se tem notícia de que algum banco tenha feito seus contratos, adequando-se ao art.46 do CDC, que exige seja dado prévio (e ostensivo) conhecimento ao consumidor do conteúdo das cláusulas pré-elaboradas. Assim também, como regrado no art. 52 do mesmo diploma, caberia aos bancos, nos contratos de concessão de crédito ou de financiamento, informar previamente ao consumidor sobre a taxa efetiva de juros reais, (não apenas as nominais).

Desenganadamente, pois, as cláusulas leoninas, que desequilibram a relação contratual, são presentes em inúmeros contratos de financiamento, dentre elas destacando-se, exemplificativamente, a que elege foro longínquo da residência do consumidor, nos instrumentos de bens de consumo, especialmente veículos, sob a forma de alienação fiduciária em garantia. A finalidade, neste caso, é uma só: impedir que o consumidor possa exercer o seu direito de defesa nas ações de busca e apreensão do bem.

Portanto, é flagrante a clara ofensa ao princípio da boa-fé, ausência total de transparência nas relações de consumo com as instituições financeiras, muito embora os bancos estejam obrigados a assegurar informações (prévias) corretas, claras, precisas e ostensivas (arts.31 e 52, c.c. § 2º do art.3º CDC).

Assim, através da presente, solicita-se de V. Exª os préstimos de, juntamente com o Banco Central do Brasil, estabelecer regras padrão a serem adotadas pelas instituições financeiras e punições em caso de descumprimento dessas regras, a fim de que sejam observados os ditames estabelecidos pelo Código de Defesa do Consumidor na relação entre consumidores e instituições financeiras.

Senador **Ademir Andrade**, 2º Vice-Presidente do Senado Federal.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, anunci-

ou, no dia 14 do corrente, em reunião com 12 de seus ministros, o Projeto Alvorada, abrangendo todos os municípios brasileiros que apresentam um Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – abaixo de 0,500.

O IDH é um índice medido pelas Organização das Nações Unidas que varia de um a zero. Mede os avanços de um país com base em três dimensões: esperança de vida ao nascer, educação e Produto Interno Bruto – PIB – per capita. Quanto mais próximo do número um for o índice, mais alto é o desenvolvimento humano do país.

Em nível mundial, o Brasil está no septuagésimo quarto lugar no ranking do IDH, com 0,747, abaixo de países como o Peru, Costa Rica e outras 15 nações da América Latina e do Caribe.

O Projeto Alvorada alcança 389 municípios de 24 dos 27 Estados brasileiros, sendo que 275 Municípios pertencem a Minas Gerais. Atenderá a cinco milhões de pessoas, inclusive 3,7 milhões em Minas. Até 2002 o repasse de recursos previstos será de um bilhão e 600 milhões de reais.

Esse novo projeto tem uma diferença fundamental do Programa IDH-14, lançado pelo Presidente da República em 28 de julho passado.

Enquanto o IDH-14 considerou os Estados com Índice de Desenvolvimento Humano abaixo de 0,500, o Projeto Alvorada foi além e levou em conta os Municípios com esse índice abaixo de 0,500, independente dos Estados de sua localização.

Com essa mudança, evitou-se a injusta exclusão de centenas de Municípios que, embora pertençam a Estados desenvolvidos, como São Paulo, Minas, Paraná e Rio Grande do Sul, estão localizados em regiões sub-desenvolvidas desses Estados.

No caso do meu Estado, os 275 Municípios agora incluídos são principalmente do Norte de Minas e dos vales dos rios Jequitinhonha e Mucuri, muitos dos quais já integram a área sob jurisdição da Sudene.

O mais importante é que se adotou um critério técnico, reconhecido e aplicado pelas Nações Unidas. Não houve escolha dos Municípios, nem nenhum privilégio na distribuição dos recursos, mas a pura e simples identificação dos que apresentam um IDH inferior a 0,500.

Em Minas, os recursos do Projeto Alvorada serão aplicados principalmente nos programas de Bolsa-Escola ou garantia de renda mínima, erradicação do trabalho infantil, saneamento básico com vista à

redução da mortalidade infantil, saúde em família ou agentes comunitários.

Também serão utilizados na redução da mortalidade materna e neonatal, capacitação de mão-de-obra, ações no ensino fundamental para jovens e adultos, energia em pequenas comunidades, apoio à agricultura familiar e programas com vista a desenvolver o turismo ecológico.

Na área da educação, por exemplo, serão aplicados R\$31 milhões para reduzir os índices de analfabetismo, por meio do reforço ao Programa Alfabetização Solidária, com a meta de alfabetizar 300 mil crianças.

O apoio ao desenvolvimento do ensino fundamental – educação de jovens e adultos – pretende atender a 77 mil alunos até 2002, desenvolvendo ações de apoio pedagógico, com investimentos previstos de R\$24 milhões.

Já o programa de Garantia de Renda Mínima, através da Bolsa Escola, vai investir R\$160 milhões nos 389 municípios incluídos no Projeto Alvorada. O objetivo é garantir renda mínima para famílias carentes, possibilitando a permanência dos filhos de 7 a 14 anos na escola.

Outro item importante do Alvorada diz respeito à erradicação do trabalho infantil. Pretende-se erradicar o trabalho penoso, insalubre, degradante e perigoso que envolve crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, nas áreas urbana e rural, investindo-se mais de R\$200 milhões deste ano até 2002.

Ainda na área da educação desejo destacar dois projetos: o Água na Escola, que vai prover o abastecimento de água potável a mil escolas, com opção de atendimento às comunidades circunvizinhas, e o projeto Agente Jovem de Desenvolvimento, que vai atender aos jovens de 15 a 24 anos em situação de vulnerabilidade e risco social, por meio de benefício mensal de R\$65,00 por um período de seis meses. Nos dois projetos os investimentos somarão R\$14 milhões.

As ações de saúde a cargo do Alvorada envolvem dois projetos importantes: um de Saneamento e Redução da Mortalidade Infantil e outro de atuação dos Agentes Comunitários de Saúde.

O objetivo do primeiro é reduzir a morbidade e a mortalidade infantil provocadas por doenças associadas à falta ou deficiência de saneamento, com investimentos previstos de R\$150 milhões neste e nos dois próximos anos.

O segundo vai priorizar as ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde dos indivíduos e

da família, de forma integral e contínua, por meio dos Agentes Comunitários de Saúde. A meta é atender a todos os municípios com equipes de saúde da família, num total de 4.017 equipes para cinco milhões de pessoas e investimentos de R\$250 milhões até 2002.

Na esfera da agricultura familiar, o Projeto Alvorada programou o atendimento a 195 municípios que se enquadram nos critérios do PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar – com investimentos previstos de R\$28 milhões neste e no próximo ano.

No âmbito do Programa Nacional de Geração de Empregos os investimentos somarão R\$6,6 milhões até 2002, com a implantação de 60 empreendimentos produtivos. O objetivo é minimizar a situação de desemprego e subemprego nas comunidades pobres, urbanas e rurais, gerando ocupações produtivas e renda, mediante a capacitação de pessoas e comunidades para a sua organização produtiva.

Outra importante iniciativa do Projeto Alvorada é o atendimento com energia elétrica às localidades isoladas não supridas pela rede convencional. A intenção é instalar seis mil kits fotovoltaicos de eletrificação em escolas e postos de saúde, comprometendo investimentos de R\$65 milhões em três anos.

Finalmente, quero destacar o projeto do Núcleo de Apoio à Família, cujo objetivo é abrir um espaço na comunidade, onde serão identificados e articulados os serviços, projetos e ações que oferecem atendimento às famílias pobres e indigentes, com vistas a impulsionar o processo de inclusão social. Será criado um núcleo em cada um dos 389 municípios incluídos no Projeto Alvorada, com investimentos de R\$12 milhões em três anos.

O total de recursos a serem aplicados no Projeto Alvorada até 2002 será de R\$13,2 bilhões, oriundos de três fontes: o Orçamento Geral da União, o orçamento do Plano Plurianual de Investimentos e os adicionais do Fundo de Combate à Pobreza, cuja participação será da ordem de R\$9,5 bilhões.

Sr. Presidente, recordo-me que, no dia 3 de agosto passado, a representação mineira no Congresso, senadores e deputados federais, acompanhada de parlamentares estaduais e prefeitos municipais, reuniu-se, no Palácio do Planalto, com os Minis-

tros Pedro Parente, da Casa Civil, e Aloysio Nunes Ferreira, da Secretaria Geral da Presidência.

A reunião destinava-se a debater a não inclusão de municípios mineiros no chamado Projeto IDH-14, um plano de apoio a 14 Estados brasileiros que apresentam baixo índice de desenvolvimento humano, lançado pelo Presidente da República dez dias antes.

Foi uma manifestação unânime, vigorosa e suprapartidária, salientando a unidade das lideranças políticas mineiras que, superando os interesses partidários e ideológicos, articulou-se, como sempre fez, para defender os legítimos interesses de Minas Gerais.

Ao final dos debates, as lideranças obtiveram o compromisso do Governo de que a área mineira da SUDENE, a mais nova e a mais antiga, assim como os municípios mais pobres de todo o Norte mineiro, seriam integrados ao programa.

De fato, o Presidente Fernando Henrique Cardoso cumpriu o compromisso assumido com Minas Gerais perante suas mais expressivas lideranças.

Resta-nos agora, aos senadores e deputados, unir-nos ao Executivo na tarefa comum de viabilizar as dotações orçamentárias que permitirão a plena implantação do Projeto já no início do próximo ano.

Estou convencido, Sr. Presidente, de que sem a redução da pobreza e das desigualdades sociais, sem a melhoria dos degradantes indicadores sociais que nos colocam na companhia de alguns dos países mais pobres do mundo, de nada adiantarão seis anos de estabilidade monetária e seis anos de inflação controlada assegurados pelo Plano Real.

A retomada do crescimento econômico, sem uma efetiva melhoria da renda da população, significará que os mais ricos continuarão cada vez mais ricos e os mais pobres permanecerão amargando a pobreza e a exclusão social. Teremos, enfim, uma sociedade cada vez mais injusta.

A seguir, a relação dos Municípios mineiros incluídos no Projeto Alvorada, com o respectivo IDH e a população.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FRANCELINO PEREIRA
EM SEU DISCURSO:**

Senador Francisco Pereira

Microrregiões ou municípios com IDH-M inferiores a 0,500

Microrregião	IDH-M	Município	IDH-M	População	Microrregião	IDH-M	Município	IDH-M	População
Salinas	0,424	Ninheira	0,363	7.595	C. Mato Dentro	0,452	C. de Mato Dentro	0,477	24.255
Salinas	0,424	S. João do Paraiso	0,363	27.798	C. Mato Dentro	0,452	Serra	0,483	26.374
Salinas	0,424	Indaiabira	0,386	8.333	Janaúba	0,457	Nova Porteira	0,422	8.218
Salinas	0,424	Montezuma	0,386	8.858	Janaúba	0,457	Pai Pedro	0,422	4.898
Salinas	0,424	Rio Pardo de Minas	0,386	42.445	Janaúba	0,457	Porteirinha	0,422	51.712
Salinas	0,424	S. Antônio do Rat	0,386	2.047	Janaúba	0,457	Serranópolis de Minas	0,422	4.707
Salinas	0,424	Veragem Grande do Rio	0,386	32.283	Janaúba	0,457	Genésio	0,424	21.238
Salinas	0,424	Nabralia	0,400	8.927	Janaúba	0,457	Jebea	0,424	22.271
Salinas	0,424	Carrai da Onça	0,442	40.586	Janaúba	0,457	Monte Azul	0,424	36.868
Salinas	0,424	Divisa Alegre	0,442	5.015	Janaúba	0,457	Rio dos Machados	0,425	10.983
Salinas	0,424	Águas Vermelhas	0,442	20.381	Janaúba	0,457	Espinaço	0,434	31.880
Salinas	0,424	Fruita de Leite	0,452	8.354	Janaúba	0,457	Manoas	0,434	8.305
Salinas	0,424	Novorizonte	0,452	15.248	Janaúba	0,457	Caçul	0,442	10.850
Salinas	0,424	Salinas	0,452	50.139	Janaúba	0,457	Mato Verde	0,442	17.858
Salinas	0,424	Santa Cruz de Salina	0,452	2.114	Janaúba	0,457	Janaúba	0,549	80.731
Salinas	0,424	Bentzel	0,478	17.548	Pedra Azul	0,458	Comarcinho	0,401	10.218
Salinas	0,424	Taiobelas	0,478	25.788	Pedra Azul	0,458	Carachoeira de Figue	0,425	4.188
Araçuaí	0,428	Novo Cruzeiro	0,394	28.284	Pedra Azul	0,458	Raobim	0,457	21.724
Araçuaí	0,428	Canal	0,390	18.848	Pedra Azul	0,458	Medina	0,489	20.818
Araçuaí	0,428	Itonga	0,394	24.085	Pedra Azul	0,458	Pedra Azul	0,486	23.178
Araçuaí	0,428	Ponto dos Volantes	0,394	2.545	Grão Mogol	0,485	Cristália	0,423	5.018
Araçuaí	0,428	Veragem de Lapa	0,425	13.788	Grão Mogol	0,485	Grão Mogol	0,484	21.238
Araçuaí	0,428	Padre Faria	0,438	17.221	Grão Mogol	0,485	Josaniópolis	0,484	14.741
Araçuaí	0,428	Coronel Murta	0,442	9.888	Grão Mogol	0,485	Padra Carvalho	0,484	10.878
Araçuaí	0,428	0,488	24.881	Grão Mogol	0,485	Itacambira	0,470	4.818	
Almenara	0,440	Santo Antônio do Jac	0,372	4.718	Grão Mogol	0,485	Botumirim	0,488	8.794
Almenara	0,440	Bandeira	0,374	5.195	Nanuque	0,485	Bertópolis	0,381	8.253
Almenara	0,440	Palmópolis	0,388	7.350	Grão Mogol	0,485	S. Helena de Minas	0,381	32.585
Almenara	0,440	Rio Prado	0,398	5.770	Grão Mogol	0,485	Fronteira dos Vales	0,383	8.104
Almenara	0,440	Santa Maria do Salto	0,403	5.024	Grão Mogol	0,485	Umbureta	0,401	2.983
Almenara	0,440	Jacinto	0,404	11.850	Grão Mogol	0,485	Crisolia	0,428	198.101
Almenara	0,440	Joazeiro	0,418	18.958	Grão Mogol	0,485	Águas Formosas	0,428	22.524
Almenara	0,440	Monte Formoso	0,418	5.578	Grão Mogol	0,485	Machacalis	0,449	8.737
Almenara	0,440	Faltuburgo	0,438	7.358	Grão Mogol	0,485	Carlos Chagas	0,437	23.380
Almenara	0,440	Rubim	0,452	9.958	Grão Mogol	0,485	Serra dos Amores	0,438	8.817
Almenara	0,440	Jequinhonha	0,456	23.457	Grão Mogol	0,485	Nanuque	0,552	41.271
Almenara	0,440	Jordânia	0,475	10.112	Guanhães	0,490	S. Efigênia de Minas	0,426	3.411
Almenara	0,440	Almenara	0,488	37.728	Guanhães	0,490	Cônego	0,431	8.634
Almenara	0,440	Divisópolis	0,488	8.877	Guanhães	0,490	Bonzaga	0,441	5.728
Almenara	0,440	Mato Verde	0,488	8.403	Guanhães	0,490	Senhora do Porto	0,443	3.773
Almenara	0,440	Salto da Divisa	0,508	7.393	Guanhães	0,490	Martimália	0,450	4.824
Pecanha	0,445	São Sebastião do Mar	0,404	18.183	Guanhães	0,490	Sericita	0,451	4.307
Pecanha	0,445	Água Boa-MG	0,410	15.083	Guanhães	0,490	Divinópolis de Minas	0,452	11.524
Pecanha	0,445	Frei Lagoneiro	0,418	8.147	Guanhães	0,490	Dores de Guanhães	0,459	5.401
Pecanha	0,445	São José do Jacuri	0,418	3.778	Guanhães	0,490	Braunus	0,467	5.699
Pecanha	0,445	São Pedro do Suaçuí	7.714		Guanhães	0,490	Paulistas	0,472	5.182
Pecanha	0,445	Caratinga-MG	0,451	20.132	Guanhães	0,490	Carneiros	0,505	2.188
Pecanha	0,445	Pecanha	0,451	21.078	Guanhães	0,490	Virgínia	0,509	11.351
Pecanha	0,445	José Raydan	0,484	29.440	Guanhães	0,490	São João Evangelista	0,523	15.224
Pecanha	0,445	Santa Maria do Suaçuí	0,484	5.024	Guanhães	0,490	Guanhães, 531	26.516	
Capelinha	0,477	Francisco Badaro	0,392	17.375	Teófilo Otoni	0,500	Sabãoópolis	0,533	18.392
Capelinha	0,447	Janaúba de Minas	0,382	6.054	Teófilo Otoni	0,500	Frei Gaspar	0,385	8.775
Capelinha	0,447	Linha do Prado	0,405	77.825	Teófilo Otoni	0,500	Carui	0,379	6.230
Capelinha	0,447	Minas Novas	0,405	33.448	Teófilo Otoni	0,500	Itaipá	0,379	9.301
Capelinha	0,447	Chapada do Norte	0,416	14.481	Teófilo Otoni	0,500	Pobé	0,382	14.762
Capelinha	0,447	Alcobaça	0,448	3.102	Teófilo Otoni	0,500	Ladainha	0,384	15.568
Capelinha	0,447	Barraquinhos	0,448	22.307	Teófilo Otoni	0,500	Ouro Verde de Minas	0,388	8.855
Capelinha	0,447	Turmalina-mg	0,463	2.528	Teófilo Otoni	0,500	Franciscoópolis	0,395	6.481
Capelinha	0,447	Veredinha	0,463	7.336	Teófilo Otoni	0,500	Melacacheta	0,398	35.233
Capelinha	0,447	Angelim	0,485	17.514	Teófilo Otoni	0,500	Seubrita	0,398	17.251
Capelinha	0,447	Capelinha	0,485	33.659	Teófilo Otoni	0,500	Atalaia	0,420	15.805
Capelinha	0,447	Carbonita	0,468	5.084	Teófilo Otoni	0,500	Pavão	0,446	14.043
Capelinha	0,447	Berilo	0,483	17.545	Teófilo Otoni	0,500	Novo Oriente de Minas	0,502	25.455
Capelinha	0,447	J. Gonçalves de Minas	0,483	29.440	Teófilo Otoni	0,500	Teófilo Otoni	0,502	136.044
Janaúba	0,448	Itacambira	0,395	22.480	Manhuaçu	0,505	Central de Minas	0,499	6.204
Janaúba	0,448	São João das Missões	0,395	2.880	Manhuaçu	0,505	Itabim de Minas	0,498	5.718
Janaúba	0,448	Chapada Gaúcha	0,430	14.598	Manhuaçu	0,505	Mendes Pinheiro	0,483	81.025
Janaúba	0,448	Itaú de Minas	0,438	8.407	Manhuaçu	0,505	São Félix de Minas	0,483	3.407
Janaúba	0,448	Pirópolis	0,430	10.384	Almora	0,510	Alverenga	0,498	5.388
Janaúba	0,448	São Francisco	0,430	27.787	Bocaina	0,525	Engenheiro Navarro	0,497	6.814
Janaúba	0,448	União	0,430	12.914	Bocaina	0,525	Francisco Dumont	0,494	4.078
Janaúba	0,448	Junília	0,443	8.318	Caratinga	0,533	Bom Jesus do Galho	0,459	18.254
Janaúba	0,448	Monte	0,443	30.588	Caratinga	0,533	Caratinga Novo	0,465	7.380
Janaúba	0,448	Moisés Cardoso	0,443	9.688	Caratinga	0,533	Primo D'Água	0,465	3.725
Janaúba	0,448	Miravânia	0,443	3.415	Caratinga	0,533	São João do Oriente	0,498	8.332
Janaúba	0,448	Boleto de Minas	0,467	34.314	Caratinga	0,533	Turumirim	0,470	16.342
Janaúba	0,448	Coelho Marinho	0,467	8.407	Ponte Nova	0,544	Guaraciaba	0,438	10.371
Janaúba	0,448	Janaúba	0,467	77.735	Ponte Nova	0,544	Jaquem	0,465	13.775
Janaúba	0,448	Padra de Maria da C.	0,467	28.032	Ponte Nova	0,544	S. Cruz do Escalvado	0,441	5.562
Janaúba	0,448	Montalvânia	0,513	18.297	Ponte Nova	0,544	S. Pedro dos Ferros	0,491	9.568
C. Mato Dentro	0,452	Santa Antônia do Ita	0,377	23.037	Ponte Nova	0,544	Sericita	0,479	6.464
C. Mato Dentro	0,452	Serra Azul de Minas	0,394	4.016	Vicosa	0,548	Alto Rio Doce	0,469	13.308
C. Mato Dentro	0,452	Rio Vermelho	0,406	15.342	Vicosa	0,548	Américo de Serra	0,474	5.444
C. Mato Dentro	0,452	São Sebastião do Rio	0,411	36.422	Vicosa	0,548	Araponga	0,425	7.648
C. Mato Dentro	0,452	Alvareda de Minas	0,443	3.882	Vicosa	0,548	Bras Pires	0,482	5.073
C. Mato Dentro	0,452	Congonhas do Norte	0,448	4.823	Vicosa	0,548	Cajuri	0,468	3.724
C. Mato Dentro	0,452	Santa Antônia do Rio	0,448	2.047	Vicosa	0,548	Caná	0,428	4.908
C. Mato Dentro	0,452	Osai Jacuim	0,450	5.036	Vicosa	0,548	Cipolândia	0,447	6.435
C. Mato Dentro	0,452	Barão do Mato Dentro	0,463	8.038	Vicosa	0,548	Erval	0,484	15.704
C. Mato Dentro	0,452	Mato do Pilar	0,473	3.923	Vicosa	0,548	Lamim	0,463	3.479
C. Mato Dentro	0,452	Pessobem	0,476	1.314	Vicosa	0,548	Pedra do Anta	0,483	3.979

município	DN-M	Município	DN-M	População
Vicosa	0.548	Pinheiro	0.486	18.985
Vicosa	0.548	Pinheiro	0.486	18.985
Vicosa	0.548	Presidente Bernardes	0.482	9.867
Vicosa	0.548	Rejoazeiro	0.482	9.591
Vicosa	0.548	São João de Olivença	0.486	7.117
Montes D'Arce	0.552	Capitão	0.485	4.958
Montes D'Arce	0.552	Santa do Monte	0.485	3.186
Montes D'Arce	0.552	S. José de Maravilha	0.482	7.951
Montes D'Arce	0.552	Silvânia	0.482	2.228
Pratara	0.552	Buriti	0.482	18.547
Pratara	0.552	Buriti	0.482	23.718
Pratara	0.552	Juazeiro	0.485	7.945
Pratara	0.552	Lagoa dos Patos	0.486	4.317
Pratara	0.552	Pedraza	0.486	7.942
Pratara	0.552	Santa Fé de Minas	0.415	4.817
Pratara	0.552	São Romão	0.486	7.942
Região	0.554	Pedraza dos Serres	0.482	4.817
Região	0.554	Rio Manso	0.485	4.276
Região	0.554	Fátima das Neves	0.415	3.925
Região	0.554	São Romão do Rio P	0.482	4.817
Região	0.554	S. Mod. Gonçalves	0.415	3.925
Região	0.554	Arara	0.482	172.148
Região	0.554	Fátima	0.482	4.363
Montes D'Arce	0.554	Brejo de Minas	0.485	45.815
Montes D'Arce	0.554	Campo Azul	0.485	4.217
Montes D'Arce	0.554	Capitão Enéas	0.485	19.038
Montes D'Arce	0.554	Cerro dos Fátimas	0.473	7.988
Montes D'Arce	0.554	Coração de Jesus	0.486	28.940
Montes D'Arce	0.554	Francisco Sá	0.471	23.988
Montes D'Arce	0.554	Guadalupe	0.482	2.988
Montes D'Arce	0.554	Itacaramboa	0.485	5.796
Montes D'Arce	0.554	Jacaré	0.485	6.588
Montes D'Arce	0.554	Jacaré	0.482	4.344
Montes D'Arce	0.554	Linha	0.477	7.012
Montes D'Arce	0.554	Luzitânia	0.485	5.077
Montes D'Arce	0.554	Mirabela	0.476	16.147
Montes D'Arce	0.554	Pala	0.476	4.363
Montes D'Arce	0.554	Ponte de Jesus	0.485	2.713
Montes D'Arce	0.554	São João de Lagoa	0.486	4.367
Montes D'Arce	0.554	São João de Ponte	0.477	24.080
Montes D'Arce	0.554	São João do Povo	0.485	3.882
Montes D'Arce	0.554	Uba	0.484	13.825
Montes D'Arce	0.554	Verdelândia	0.485	28.133
Montes D'Arce	0.554	Verdelândia	0.485	8.798
Corvelo	0.588	Augusto de Lima	0.482	4.788
Corvelo	0.588	Buenópolis	0.482	9.810
Corvelo	0.588	José Fátima	0.485	4.083
Corvelo	0.588	Mangueira	0.486	2.887
Corvelo	0.588	Morro de Garça	0.476	2.952
Corvelo	0.588	Presidente Jucelino	0.485	4.423
Corvelo	0.588	Santo Hipólito	0.485	3.886
Corvelo	0.588	São Francisco de Pau	0.479	8.223
Corvelo	0.588	São João de Monte Alto	0.486	8.225
Corvelo	0.588	Verdelândia	0.485	3.871
Corvelo	0.588	Verdelândia	0.485	3.148
S. Valdeiros	0.625	Alparago	0.485	8.388
S. Valdeiros	0.625	Campeiro	0.483	2.414
S. Valdeiros	0.625	Campeiro	0.487	4.854
S. Valdeiros	0.625	C. da Serra de Minas	0.589	4.920
S. Valdeiros	0.625	Corisco	0.446	16.351
S. Valdeiros	0.625	Divino das Laranjeiras	0.483	5.182
S. Valdeiros	0.625	Fernandes Tourinho	0.451	2.917
S. Valdeiros	0.625	Itambé	0.480	22.483
S. Valdeiros	0.625	Itambé	0.487	11.928
S. Valdeiros	0.625	Juazeiro	0.483	4.885
S. Valdeiros	0.625	Maria	0.453	4.379
S. Valdeiros	0.625	Matheus Lobato	0.482	3.723
S. Valdeiros	0.625	Neópolis	0.486	3.818
S. Valdeiros	0.625	Nova América	0.480	3.885
S. Valdeiros	0.625	Pescador	0.475	4.112
S. Valdeiros	0.625	São Geraldo de Pinda	0.423	5.004
S. Valdeiros	0.625	São José da Sufa	0.481	3.861
S. Valdeiros	0.625	São José do Divino	0.424	3.882
S. Valdeiros	0.625	Sobral	0.483	6.425
S. Valdeiros	0.625	Verdelândia	0.480	6.482
S. Valdeiros	0.625	Santa Bárbara do Tug	0.488	4.874
S. Valdeiros	0.625	Santa Bárbara do Tug	0.487	8.785
S. Valdeiros	0.625	Santa Maria de Itabora	0.484	10.320
S. Valdeiros	0.625	Santa Maria de Itabora	0.482	2.543
S. Valdeiros	0.625	Santa Maria de Itabora	0.473	3.870
S. Valdeiros	0.625	Santa Maria de Itabora	0.457	24.127
S. Valdeiros	0.625	Santa Maria de Itabora	0.488	8.385
S. Valdeiros	0.625	Santa Maria de Itabora	0.446	4.887
S. Valdeiros	0.625	Santa Maria de Itabora	0.488	3.880
S. Valdeiros	0.625	Santa Maria de Itabora	0.457	5.346
S. Valdeiros	0.625	Santa Maria de Itabora	0.457	7.287
S. Valdeiros	0.625	Santa Maria de Itabora	0.488	2.176
S. Valdeiros	0.625	Santa Maria de Itabora	0.487	3.379
S. Valdeiros	0.625	Santa Maria de Itabora	0.486	6.781
S. Valdeiros	0.625	Santa Maria de Itabora	0.458	3.770

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene) -- Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando as Sr^{as} e aos Srs. Senadores que, amanhã, quinta-feira, 21 de setembro, haverá sessão não deliberativa, a realizar-se às 10 horas, no plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene) -- Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão à 15 horas e 9 minutos.)

(OS 17827/2000)

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 954, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar, tendo em vista o que consta do Memorando nº 132/2000-SEEP, o servidor **QUITERIO LAGE MARTINS**, matrícula 4017, da **FUNÇÃO COMISSIONADA de ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, Símbolo FC05, do Serviço de Manutenção Industrial, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-lo para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA de ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, Símbolo FC05, do mesmo Órgão, responsável pelo primeiro turno, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 2000.

Senado Federal, 20 de Setembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 955, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar, tendo em vista o que consta do Memorando nº 132/2000-SEEP, o servidor **MATIAS JULIO PINTO**, matrícula 1011, da **FUNÇÃO COMISSIONADA de ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, Símbolo FC05, do Serviço de Manutenção Industrial, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-lo para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA de ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, Símbolo FC05, do mesmo Órgão, responsável pelo segundo turno, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 2000.

Senado Federal, 20 de Setembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 956, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar, tendo em vista o que consta do Memorando nº 132/2000-SEEP, a servidora **REGINA LUCIA DE SOUSA RODRIGUES**, matrícula 3759, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, Símbolo FC04, do Serviço de Programação Visual, da Subsecretaria Industrial, e designá-la para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, Símbolo FC04, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo primeiro turno, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 2000.

Senado Federal, 20 de Setembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 957, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar, tendo em vista o que consta do Memorando nº 132/2000-SEEP, o servidor **JOSÉ MISSIAS DE OLIVEIRA**, matrícula 1579, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, Símbolo FC04, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-lo para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, Símbolo FC04, do Serviço de Programação Visual, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo terceiro turno, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 2000.

Senado Federal, 20 de Setembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 958, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar, tendo em vista o que consta do Memorando nº 132/2000-SEEP, a servidora **CLAUDIA EMILIA DOS SANTOS**, matrícula 3572, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, Símbolo FC04, do Serviço de Treinamento Industrial Profissionalizante, da Subsecretaria de Apoio Técnico, e designá-la para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, Símbolo FC04, da Subsecretaria de Apoio Técnico, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo segundo turno, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 2000.

Senado Federal, 20 de Setembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 959, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar, tendo em vista o que consta do Memorando nº 132/2000-SEEP, a servidora **ANA LUCIA GARCIA**, matrícula 3957, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, Símbolo FC04, da Subsecretaria de Apoio Técnico, e designá-la para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, Símbolo FC04, do Serviço de Treinamento Industrial Profissionalizante, da Subsecretaria de Apoio Técnico, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo primeiro turno, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 2000.

Senado Federal, 20 de Setembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 960, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar, tendo em vista o que consta do Memorando nº 132/2000-SEEP, a servidora **MARCIA DE FATIMA OLIVEIRA**, matrícula **4003**, da **FUNÇÃO COMISSIONADA de ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, Símbolo **FC05**, do Serviço de Atendimento ao Usuário, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-la para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA de ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, Símbolo **FC04**, do Serviço de Produção Industrial Gráfica, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo primeiro turno, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 2000.

Senado Federal, 20 de Setembro de 2000.

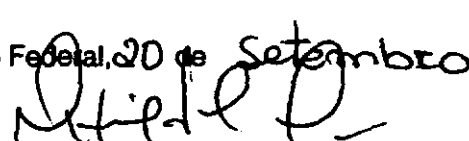

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 961, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar, tendo em vista o que consta do Memorando nº 132/2000-SEEP, o servidor **GUSTAVO EMANUEL DE OLIVEIRA FERNANDES**, matrícula **4010**, da **FUNÇÃO COMISSIONADA de ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, Símbolo **FC05**, do Serviço de Impressão Ofsete, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-lo para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA de ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, Símbolo **FC05**, do mesmo Órgão, responsável pelo primeiro turno, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 2000.

Senado Federal, 20 de Setembro de 2000.

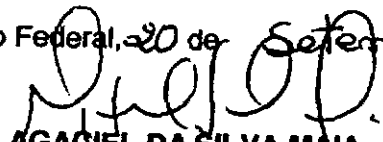

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 962, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar, tendo em vista o que consta do Memorando nº 132/2000-SEEP, o servidor **JOSÉ VALDI ALVES TORRES**, matrícula 1241, da **FUNÇÃO COMISSIONADA de ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, Símbolo FC05, do Serviço de Impressão Ofsete, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-lo para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA de ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, Símbolo FC05, do mesmo Órgão, responsável pelo **segundo turno**, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 2000.

Senado Federal, 20 de Setembro de 2000.


**AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL**

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 963, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar, tendo em vista o que consta do Memorando nº 122/2000-SEEP, o servidor **MANOEL NETO DE OLIVEIRA**, matrícula 3602, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC05, de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**, do Serviço de Atividades Especiais, da Subsecretaria de Apoio Técnico, e designá-lo para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA de ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL**, Símbolo FC06 do Serviço de Impressão Eletrônica, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **quarto turno**, com efeitos financeiros a partir de 24 de agosto de 2000.

Senado Federal, 20 de Setembro de 2000.


**AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL**

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 964, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Dispensar, tendo em vista o que consta do Memorando nº 122/2000-SEEP, a servidora **ELIONE JOSÉ DA SILVA**, matrícula 3883, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC05, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do Serviço de Fotoeletrônica e Fotomecânica, da Subsecretaria Industrial, e designá-la para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, Símbolo FC05, do Serviço de Acabamento, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo terceiro turno, com efeitos financeiros a partir de 24 de agosto de 2000.

Senado Federal, 20 de Setembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 965, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Dispensar, tendo em vista o que consta do Memorando nº 122/2000-SEEP, a servidora **RAMILDA BISPO DOS SANTOS**, matrícula 3781, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC06, de **ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL**, do Serviço de Impressão eletrônica, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-la para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL**, Símbolo FC06, do mesmo Órgão, responsável pelo terceiro turno, com efeitos financeiros a partir de 24 de agosto de 2000.

Senado Federal, 20 de Setembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 966, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar, tendo em vista o que consta do Memorando nº 122/2000-SEEP, o servidor **JOSÉ CARLOS DAMASCENO**, matrícula 0885, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC05, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do Serviço de Acabamento, da Subsecretaria Industrial, e designá-lo para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, Símbolo FC05, do Serviço de Fotoeletrônica e Fotomecânica, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo quarto turno, com efeitos financeiros a partir de 24 de agosto de 2000.

Senado Federal, 20 de Setembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 967, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0683/00-0, **RESOLVE**:

Dispensar o servidor **GILSON LUIZ PARAGUASSÚ BASTOS**, matrícula 3222, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC04, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, do Serviço de Impressão de Publicações Oficiais, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de 28 de agosto de 2000.

Senado Federal, 20 de Setembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 968, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar, tendo em vista o que consta do Memorando nº 126/2000-SEEP, o servidor **ALTAMIRDES RODRIGUES DA SILVA**, matrícula 2441, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC06, de **ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL**, do Serviço de Impressão Eletrônica, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-lo para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC06, de **ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL**, do mesmo Órgão, responsável pelo primeiro turno, com efeitos financeiros a partir de 25 de agosto de 2000.

Senado Federal, 20 de Setembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 969, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar, tendo em vista o que consta do Memorando nº 122/2000-SEEP, o servidor **EDISSON DA SILVA ALVES**, matrícula 3363, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC05, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do Serviço de Impressão Ofsete, da Subsecretaria Industrial, e designá-lo para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, Símbolo FC04, do Serviço de Atividades Especiais, da Subsecretaria de Apoio Técnico, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo terceiro turno, com efeitos financeiros a partir de 24 de agosto de 2000.

Senado Federal, 20 de Setembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 970, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar, tendo em vista o que consta do Memorando nº 122/2000-SEEP, o servidor **JOSÉ LUCIANO FERREIRA SALDANHA**, matrícula 3869, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC05, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do Serviço de Impressão Eletrônica, da Subsecretaria Industrial, e designá-lo para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**, Símbolo FC05, do Serviço de Atividades Especiais, da Subsecretaria de Apoio Técnico, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo terceiro turno, com efeitos financeiros a partir de 24 de agosto de 2000.

Senado Federal, 20 de Setembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 971, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar, tendo em vista o que consta do Memorando nº 126/2000-SEEP, o servidor **VALDIR QUEIROZ**, matrícula 2739, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC05, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do Serviço de Impressão Eletrônica, da Subsecretaria Industrial, e designá-lo para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC05, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do Serviço de Programação Visual, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo segundo turno, com efeitos financeiros a partir de 25 de agosto de 2000.

Senado Federal, 20 de Setembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 972, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar, tendo em vista o que consta do Memorando nº 126/2000-SEEP, o servidor **JAIR VALLE**, matrícula 3653, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC05, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do Serviço de Programação Visual, da Subsecretaria Industrial, e designá-lo para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC05, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do Serviço de Impressão Eletrônica, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo primeiro turno, com efeitos financeiros a partir de 25 de agosto de 2000.

Senado Federal, 20 de Setembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 973, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar, tendo em vista o que consta do Memorando nº 126/2000-SEEP, o servidor **EDUARDO JOSÉ CAVALCANTI DE SOUZA**, matrícula 3016, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC06, de **ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL**, do Serviço de Impressão Eletrônica, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-lo para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC06, de **ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL**, do mesmo Órgão, responsável pelo segundo turno, com efeitos financeiros a partir de 25 de agosto de 2000.

Senado Federal, 20 de Setembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 974, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar, tendo em vista o que consta do Memorando nº 124/2000-SEEP, a servidora **ISABEL CRISTINA PEREIRA DA SILVA**, matrícula 3951, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC05, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do Serviço de Impressão de Publicações Oficiais, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-la para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC05, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do mesmo Órgão, responsável pelo **segundo turno**, com efeitos financeiros a partir de 25 de agosto de 2000.

Senado Federal, 20 de Setembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 975, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar, tendo em vista o que consta do Memorando nº 124/2000-SEEP, a servidora **MARIA DE JESUS BASTOS**, matrícula 2190, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC05, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do Serviço de Fotoeletrônica e Fotomecânica, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-la para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC05, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do mesmo Órgão, responsável pelo **primeiro turno**, com efeitos financeiros a partir de 25 de agosto de 2000.

Senado Federal, 20 de Setembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 976, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar, tendo em vista o que consta do Memorando nº 124/2000-SEEP, a servidora **MARIA SUELY DANTAS BUENO**, matrícula 1574, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC05, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do Serviço de Fotoeletrônica e Fotomecânica, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-la para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC05, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do mesmo Órgão, responsável pelo primeiro turno, com efeitos financeiros a partir de 25 de agosto de 2000.

Senado Federal, 20 de Setembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 977, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar, tendo em vista o que consta do Memorando nº 124/2000-SEEP, a servidora **KÁTIA CRISTINA PRIESS DIAS**, matrícula 3863, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC05, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do Serviço de Impressão de Publicações Oficiais, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-la para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC05, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do mesmo Órgão, responsável pelo primeiro turno, com efeitos financeiros a partir de 25 de agosto de 2000.

Senado Federal, 20 de Setembro de 2000.

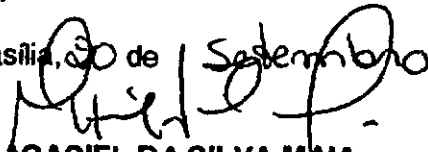

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 978, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar, tendo em vista o que consta do Memorando nº 123/2000-SEEP, a servidora **DEBORA MARIA ACHÊ PILLAR**, matrícula 3846, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC04, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, do Serviço de Programação Visual, da Subsecretaria Industrial, e designá-la para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, Símbolo FC04, do Serviço de Atividades Especiais, da Subsecretaria de Apoio Técnico, da Secretaria Especial de editoração e Publicações, responsável pelo **primeiro turno**, com efeitos financeiros a partir de 24 de agosto de 2000.

Brasília, 20 de Setembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 979, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar, tendo em vista o que consta do Memorando nº 101/2000-SEEP, a servidora **MARIA DE FATIMA FREITAS**, matrícula 2759, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC04, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, do Serviço de Apoio Administrativo e Registros Funcionais, da Subsecretaria de Administração, Suprimento de Matérias-Primas e Desenvolvimento Tecnológico, e designá-la para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, Símbolo FC04, do Serviço de Atividades Especiais, da Subsecretaria de Apoio Técnico, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **segundo turno**, com efeitos financeiros a partir de 09 de agosto de 2000.

Senado Federal, 20 de Setembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 980, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997, **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os gestores do contrato, titular e substituto, celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES** e a empresa abaixo relacionada:

KWIKASAIR Cargas Expressas S/A – Contratação de prestação de serviços de coleta, transporte e entrega de cargas e encomendas por via terrestre, em todo o território nacional - (Processo nº 001059/00-9 e convite nº 62/00) - **Titular: CARLOS ALBERTO PEREIRA**, matrícula 2054; **Substituto: JACQUELINE AGUILERAS MÁFFIA**, matrícula 3754.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de Setembro de 2000.



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 981, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE dispensar, a pedido da Diretora da TV Senado, o servidor **POSSIDÔNIO APARECIDO GOMES**, matrícula 2794, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, da Função Comissionada de Assistente de Divulgação, Símbolo FC-05, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 12 de setembro de 2000.

Senado Federal, em 20 de Setembro de 2000


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 982, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 011874/00-7,

RESOLVE dispensar o servidor **JOSÉ RIBEIRO FILHO**, matrícula 2427, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-4, do Instituto Legislativo Brasileiro, e designá-lo para executar a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do mesmo órgão a partir de 06 de setembro de 2000.

Senado Federal, em 20 de Setembro de 2000



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 983, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 011358/00-9,

RESOLVE dispensar o servidor **ANTONIO SOARES DA SILVA**, matrícula 2852, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Tião Viana, e designá-lo para exercer a função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Eduardo Suplicy, com efeitos financeiros a partir de 28 de agosto de 2000.

Senado Federal, em 20 de Setembro de 2000



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

(I) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente: Ramez Tebet (*)

Vice-Presidente: Juvêncio da Fonseca (*)

Titulares

Suplentes

PMDB

UF/Ramal

1. Casildo Maldaner - SC/2141
2. Ramez Tebet - MS/2221
3. Nabor Júnior - AC/1478
4. Ney Sussuna - PB/4345
5. Amir Lando - RO/3130

UF/Ramal

1. Marliaci Fiufo - RR/1301
2. Gerson Camata - ES/3203
3. Jader Barbalho - PA/2441
4. Roman Calheiros - AL/2261
5. Carlos Bezerra - MT/2291

FFL

UF/Ramal

1. Geraldo Althoff - SC/2041
2. Francelino Pereira - MG/2411
3. Paulo Souto - BA/3173
4. Juvêncio da Fonseca - MS/1128

UF/Ramal

1. José Agripino - RN/2361
2. Carlos Patrocínio - TO/4058
3. Djelma Bessa - BA/2211
4. Freitas Neto - PI/2131

PSDB

UF/Ramal

1. Lócio Alcântara - CE/2301
2. Osmar Dias - PR/2124
3. José Roberto Arruda - DF/2014

UF/Ramal

1. Astero Paes de Barros - MT/1246
2. Ricardo Santos - ES/2022
3. Romero Jacó - RR/2111

Bloco da Oposição

UF/Ramal

1. Lauro Campos - DF/2341 (PT)
2. Heloísa Helena - AL/3197 (PT)
3. Jefferson Peres - AM/2061 (PDT)

UF/Ramal

1. José Eduardo Dutra - SE/2391 (PT)
2. Marina Silva - AC/2183 (PT)
3. Roberto Saturnino - RN/4229 (PSB)

Membro Nato

Roman Tuma (Corregedor do Senado) - SP/2051 (PFL)

(*) Eleitos em 24.11.99.

(1) Ao Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, vinculado à Secretaria-Geral da Mesa, compete providenciar o expediente de seus dirigentes e conceder suporte administrativo, de informática e de instrução processual referentes às suas atribuições institucionais definidas na Constituição Federal (art. 220 a 224), na Lei nº 8.388, de 1991, no Regimento Interno e, especificamente, nas Resoluções nºs 17 e 20, de 1993, e 40, de 1995. (Resolução nº 9/97).

Fone: 311-3265



SENADO FEDERAL

SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal 3510)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3492)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4256)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:

CAE	- DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
	- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS	- JOSÉ ROBERTO ASSUNÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
	- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)
CCJ	- ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612)
	- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
	- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)
CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
	- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)
CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CRE	- MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
	- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: NEY SUASSUNA

Vice-Presidente: BELLO PARGA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
RENAN CALHEIROS	AL	5151/	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA(3)	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	1. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLYC - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB (1)	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. PAULO HARTUNG - PPS (1)	ES	1129/1031
ROBERTO SATURNINO - PSB (1)	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM	RO	2255/2257

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilhou-se do PPB, em 15/12/1999.

(3) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas

Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55

Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

Atualizado em: 10/08/2000

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS

Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/97	1. RENAN CALHEIROS	AL	2261/67
GILVAM BORGES	AP	2151/57	2. JOSÉ SARNEY	AP	3430/31
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2097
HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/47	4. JADER BARBALHO	PA	2441/47
MAGUITO VILELA	GO	3149/50	5. JOÃO ALBERTO SOUZA (2)	MA	4073/74
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/06
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VALMIR AMARAL	DF	4064/65

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/77	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/77
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/37
DJALMA BESSA	BA	2211/17	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/87
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/47	4. PAULO SOUTO	BA	3173/75
MOREIRA MENDES	RO	2231/37	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/67
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/57	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
RIBAMAR FIQUENE	MA	4073/74	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/37
LUIZ PONTES	CE	3242/43	2. RICARDO SANTOS	ES	2022/24
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/07	3. PEDRO PIVA	SP	2351/53
OSMAR DIAS	PR	2121/25	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/17
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/85	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/96
ROMERO JUCÁ	RR	2111/17	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/07

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/77	1. EMÍLIA FERNANDES - PDT	RS	2331/37
MARINA SILVA - PT	AC	2181/87	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/47
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/47	3. ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/64
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/99	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/97
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/67

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/77	ERNANDES AMORIM	RO	2251/57

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br

Atualizada em: 1º/09/2000

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA

PMDB	
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
VAGO (2)	
PSB	
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
PSD	
OSMAR DIAS	PR-2121/25
PPS	
HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
SEBASTIÃO ROCHA (PDT)	AP-2241/47
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracc@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: VAGO (2)
VICE-PRESIDENTE:**

PMDB	
VAGO (2)	
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
PEI	
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-1128/1228
DJALMA BESSA	BA-2211/17
PSDB	
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348
PPS	
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
PFL	
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM: 06/10/1999

2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
MAURO MIRANDA*	GO-2091/97
JOÃO ALBERTO SOUSA*	MA-4073/74

GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/63

LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348

SEBASTIÃO ROCHA(PDT)	AP-2241/47
TIÃO VIANA(PT)	AC-3038/3493

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652

E-MAIL: jrac@senado.gov.br

REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

* LICENCIADO

DESIGNADA EM: 26/04/00

ATUALIZADA EM: 22/08/00

2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA QUESTÃO HABITACIONAL

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

MAURO MIRANDA *	GO-2091/97
CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
PEDRO SIMON	RS-3230/32

DJALMA BESSA	BA-2211/17
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57

SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85
ROMERO JUCÁ	RR-2111/19

SEBASTIÃO ROCHA(PDT)	AP-2241/47
GERALDO CÂNDIDO(PT)	RJ-2171/77

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

* LICENCIADO

DESIGNADA EM: 01/06/2000

ATUALIZADA EM: 22/08/2000

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ**Presidente: JOSÉ AGRIPINO****Vice-Presidente: RAMEZ TEBET****(23 titulares e 23 suplentes)****PMDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
LEOMAR QUINTANILHA (PPB)	TO	2071/2077	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. VAGO		
ARTUR DA TAVOLA	RJ	2431/2437	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTÔNIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE – PPS (1)	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3217

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Parlamentares
Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

Atualizada em: 1º/04/2000

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:
(7 TITULARES E 7 SUPLENTEs)

TITULARES

SUPLENTEs

PMDB - 3

PFL - 2

PSDB - 1

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT) - 1

SECRETÁRIO: ALTAIR GONÇALVES SOARES
SECRETÁRIA ADJUNTA: GILDETE LEITE DE MELO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541
FAX: 311-4315
E.MAIL- altairgs@senado.gov.br

Criada Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999,
nos termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.

- **Retirada as indicações pelas Lideranças**
- **em 6 e 13.9.2000.**

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO
Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VALMIR AMARAL	DF	1961/1966
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2092
HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142	9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
RIBAMAR FIQUENE	MA	4073/4074	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	3. VAGO (Cessão ao PPS)		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2207
EMÍLIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB (1)	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL)	TO	4070/4071	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.
(2) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/05/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)
Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares
Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3276
FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Lideranças Partidárias.
Horário regimental: Quarta-feira às 14:00 horas

Atualizada em 5/09/2000.

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PRESIDENTE:
(09 TITULARES)

TITULARES

AMIR LANDO	RO-3130/32
GERSON CAMATA	ES-3203/04
PEDRO SIMON	RS-3230/32

DJALMA BESSA	BA-2211/17
ROMEU TUMA	SP-2051/57

ÁLVARO DIAS	PR-3206/07
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37

GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77
EMÍLIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

E-MAIL: jutioric@senado.gov.br

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 27/03/2000

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES E 06 SUPLENTES)

TITULARES

JOSÉ FOÇAÇA	RS- 1207/1607	1- AGNELO ALVES	2461/6
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50	2- GERSON CAMATA	3203/0
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	1- MARIA DO CARMO ALVES	4055/5
LÚCIO ALCÂNTARA	CE- 2303/08	1- ÁLVARO DIAS	3206/0
ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ- 4229/30	1- SEBASTIÃO ROCHA	2241/47
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393	1- LEOMAR QUINTANILHA	2071/79

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 – ALA SEN. ALEXANDRE COS

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 27/03/2000

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE						
Presidente: JOSÉ SARNEY						
Vice-Presidente: CARLOS WILSON						
(19 titulares e 19 suplentes)						
PMDB						
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais	
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2461/2467	
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204	
JOÃO ALBERTO SOUZA (2)	MA	4073/4074	3. HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142	
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232	
PFL						
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais	
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213	
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175	
PSDB						
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais	
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307	
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	
(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)						
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais	
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	
EDUARDO SUPLYCY - PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230	
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	3. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

(3) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quinze-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 07 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

Atualizada em: 1º/09/2000

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: ALBERTO SILVA

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VALMIR AMARAL	DF	1961/1966	6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
VAGO			4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. RIBAMAR FIQUENE	MA	4073/4074
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. VAGO (Cessão ao PPS)		
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. VAGO		

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES-PSB (1)	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Atualizada em: 09/03/2000

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ
Vice-Presidente: ROMEU TUMA
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VALMIR AMARAL	DF	1961/1966	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA (3)	MA	4073/4074	3. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3218	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/05/2000.

(3) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Parlamentares.

Sala nº 06 - Ala Senador Nilo Coelho
Telefone da Sala de Reunião: 311-3254
Fax: 311-1060

Atualizada em 09/08/2000

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES

MEMBROS SUPLENTE

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIAO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	** 24	311 1248	321 9470	GERALDO LESSA	AL	#02	3111102	3233571
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO (1)	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMILIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFICIO PRINCIAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ALA SEN. DINARTE MARIZ		

(1) Afastada do exercicio do mandato em 31/05/2000.

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFUCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	MARISA SERRANO (*)				
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JULIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:

* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III

GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CAMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASILIA - DF - 70160-900

FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154

<http://www.camara.gov.br> (botão de Comissões Mistas)

e mail - mercosul@abordo.com.br

SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 31/05/2000



EDIÇÃO DE HOJE: 58 PÁGINAS